

Departamento de Sociologia e Políticas Públicas

Trabalho de Projeto

Jardim de Infância: será um campo de intervenção do assistente
social?

Ana Catarina Pereira Cruz

Trabalho realizado para a Unidade Curricular de Desenho de Pesquisa
Mestrado em Serviço Social

Orientador:

Doutor Jorge Manuel Ferreira, Professor Auxiliar
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

setembro 2019

Agradecimentos

À minha família, principalmente aos meus pais, por serem o grande pilar, em todo o meu percurso de vida. Por me darem o seu exemplo de força, que me fez continuar este caminho. Por se esforçarem para que nada me faltasse e darem sempre o melhor. Por serem as pessoas maravilhosas que são, por tudo. Um obrigado nunca vai ser suficiente para agradecer o que eles são para mim. E ao meu irmão João pelas palavras sinceras de apoio e por estar sempre presente.

À Sofia que se mostrou bastante acessível e disponível quando precisei.

Ao Ricardo, por todos os momentos de apoio, paciência, amizade, companheirismo e pela compreensão nas horas em que estive mais ausente. Mas principalmente, por acreditar sempre em mim e nas minhas capacidades.

Aos professores de mestrado de Serviço Social, um especial obrigado à Professora, Doutora, Maria João Pena, por ter acompanhado este meu percurso na fase inicial e ao meu orientador, o Professor, Doutor, Jorge Ferreira que me auxiliou, orientou e aconselhou sempre da melhor forma.

À coordenadora do jardim de infância “Sol”, Doutora, Sofia Ribeiro e à restante equipa, que aceitaram a minha proposta e disponibilizaram-se em dar-me as informações necessárias para a realização deste trabalho.

A todos os outros, que eu não mencionei aqui, mas que acompanharam o meu percurso académico, um grandessíssimo obrigado!

Resumo

O tema “Jardim de Infância: será um campo de intervenção do assistente social?”, engloba um trabalho de reflexão sobre a temática da intervenção social, junto do público do jardim de infância, que frequenta a instituição “Sol”, num bairro social, em Setúbal.

Para o desenvolvimento da problemática optei por uma metodologia qualitativa desenvolvendo uma investigação ação, recorrendo a diferentes técnicas bem como entrevistas, conversas informais e ainda instrumentos de recolha de dados, tais como a análise documental e a leitura de bibliografia fundamentada. Sendo, posteriormente, desenvolvida uma análise cuidada aos dados recolhidos, de forma, a evidenciar as conclusões, relativas às problemáticas existentes nas famílias e crianças que frequentam a instituição.

Os resultados que se pretendem obter com este projeto, focam-se no bem-estar social na infância, na cidadania da criança, nos direitos da criança, na participação da família no dia-a-dia da criança e na qualidade de vida da família para conseguir sustentar a criança. As ações desenvolvidas pretendem criar condições para a implementação de práticas mais ajustadas, no progresso da criança, como cidadã, na escola, em família e em sociedade.

Palavras-chave: Criança, Família, Assistente Social, Jardim de Infância, Cidadania

Abstract

The theme “Kindergarten: Is it an intervention field for the social worker?” encompasses a reflection on the theme of social intervention, with the kindergarten public, who attends the institution “Sol”, in a social neighbourhood, in Setúbal.

For the development of the problem I opted for a qualitative methodology developing an action research, using different techniques as well as interviews, informal conversations and data collection tools such as documentary analysis and reading grounded bibliography. Subsequently, a careful analysis of the collected data was developed, in order to highlight the conclusions regarding the existing problems in the families and children who attend the institution.

The results of this project focus on social welfare in childhood, children’s citizenship, children’s right, family participation in the child’s daily life and the family’s quality of life to be able to support the child. The actions developed to create conditions for the implementation of more adjusted practices, without progress of the child, as citizen, at school, in family and in society.

Keywords – Child, Family, Social Worker; Kindergarten, Citizenship

Índice

Agradecimentos	I
Resumo	II
Abstract.....	III
Glossário de siglas	VIII
INTRODUÇÃO.....	1
I ° CAPÍTULO: CONSTRUÇÃO DO OBJETO	3
1. Tema	3
2. Problemática do estudo.....	5
2.1 Redes de Serviços na educação de infância.....	8
2.2 Teorias de desenvolvimento da infância	10
3. Problematização do problema social	12
4. Diagnóstico	18
II ° CAPÍTULO: PROJETO	26
“Prevenir pelo bem-estar social da infância”	26
1. Justificação	26
1.1 Modelos de intervenção.....	27
2. Objetivos gerais e específicos.....	32
3. População – alvo.....	33
4. Ações a desenvolver	33
5. Metodologia: métodos e técnicas	36
6. Resultados a atingir	39
7. Indicadores de avaliação do projeto - Modelo de avaliação aplicado	40
ANÁLISE CRÍTICA	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
ANEXOS	I
Anexo 1	I
Anexo 2	II
Anexo 3	III
Anexo 4	IV
Anexo 5	V
CURRICULUM VITAE	XV

Índice de gráficos

Gráfico nº 1 - Distribuição do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por distrito (2017).....	16
Gráfico nº 2 – Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a 1ª infância, Continente (2000-2017).....	17
Gráfico nº 3 – Distribuição percentual das respostas de Educação Pré-Escolar, por natureza jurídica da entidade proprietária (2017)	18
Gráfico nº4 - Taxa real de pré-escolarização (%), por NUTS I e II (2000/1 e2016/17)	20
Gráfico nº 5 - Número de titulares de abono de família (março 2019)	21

Índice de tabelas

Tabela nº 1 – Alunos matriculados no ensino pré-escolar: total e por subsistema de ensino..	19
Tabela nº 2 – Caracterização das crianças do JI “Sol” (idade e género)	23
Tabela nº 3 – Ações a desenvolver no JI “Sol”	34

Índice de imagens

Imagem nº 1 - Tipologias de intervenção estatal nas Políticas de Apoio à Família.....	8
Imagem nº 2 - Teoria Ecológica de Bronfenbrenner	29
Imagem nº 3 – Componentes de um modelo interativo de análise de dados.....	38

Glossário de siglas

AS - Assistente Social

SS -Serviço Social

JI - Jardim de Infância

CDS - Cáritas Diocesana de Setúbal

BV – Bela Vista

RSI – Rendimento Social de Inserção

E - Entrevista

IPSS - Instituição Privada de Solidariedade Social

ONU - Organização das Nações Unidas

INE - Instituto Nacional de Estatística

RSES - Rede de Serviços e Equipamentos Sociais

AM - Área Metropolitana

CIC - Centro de Intervenção Comunitário

TGS - Teoria Geral dos Sistemas

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento

PAF - Políticas de Apoio à Família

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste na elaboração de um projeto de intervenção social, na área específica do bem-estar social num jardim de infância, tendo este como propósito a colmatação da problemática de carecimento económico e a escassez de qualidade de vida em determinadas famílias, através do Serviço Social e num contexto geográfico predefinido, o jardim de infância “Sol”, localizado no bairro social da Bela Vista, em Setúbal.

A escolha desta problemática resultou de uma observação não participante do meio envolvente, sendo que, entre outras necessidades, a taxa de carecimento das famílias cujos filhos frequentam a instituição, é um pouco elevada. Posteriormente, tal observação tornou-se comprovada pelo diagnóstico realizado, averiguando-se também situações de escassez no que diz respeito à cidadania e qualidade de vida da criança.

Com este tipo de elementos, tais como carência alimentar, problemáticas familiares, desinteresse por parte dos pais e escassez a vários níveis achou-se pertinente a realização de um projeto de natureza social para a comunidade em estudo, sendo que, procedeu-se a uma vasta investigação de modo a abranger um nível contextual, científico, operacional e legislativo acreditando, desde o início, que um projeto desta natureza poderia melhorar a forma de vida destas famílias e contribuir também para o bem-estar das suas crianças.

Este projeto tem igualmente o intuito de difundir os direitos das crianças; integrar o maior número de crianças num equipamento social; apoiar, incluir e formar as famílias para melhorar a educação dos filhos e sensibilizar a sociedade para que não devemos criar rótulos na criança, pois, posteriormente pode afetar o seu crescimento.

A intervenção dos pais na cidadania dos filhos é essencial. Dar apoio e cuidados adequados aos filhos é uma responsabilidade bastante exigente. Com a constante evolução da sociedade, considero fundamental que as instituições de jardim de infância, com o apoio do assistente social, sejam promotoras de políticas e estratégias que promovam um bem-estar social às crianças e suas famílias. Neste sentido, importa referir os passos executados para a criação do projeto “Prevenir pelo bem-estar social da infância”, estando o mesmo dividido em duas partes.

O trabalho está organizado por dois capítulos, sendo que o primeiro contém uma revisão da literatura, que orientará toda a investigação e uma fundamentação sobre a edificação do objeto de estudo. Este primeiro capítulo refere-se ao tema do projeto, à problemática do estudo (subdividida em dois pontos: uma abordagem às redes de serviços na educação de

infância e às teorias de desenvolvimento na infância), à problematização do problema social e à análise diagnóstica.

O segundo capítulo inclui a exposição e construção do projeto, através da análise dos dados reunidos nos estudos efetuados. Neste capítulo são abordadas as perspectivas teóricas, tendo por base os modelos de intervenção do Serviço Social e a teoria ecológica.

São também mencionados os objetivos do trabalho, o público-alvo e as ações estratégicas a desenvolver. É referido o enquadramento metodológico, constituído pelo universo e a amostra do estudo. Este capítulo contém uma análise onde são apresentados os resultados esperados e os modelos de avaliação aplicados no projeto.

Por último, finaliza-se com uma breve análise crítica, onde são retiradas algumas conclusões sobre todo o trabalho de investigação seguindo-se as referências bibliográficas utilizadas ao longo da pesquisa.

“Acredita-se que o trabalho desenvolvido por Assistentes Sociais nas escolas é uma estratégia que poderá criar condições para o exercício da cidadania, bem como para o protagonismo e inclusão de crianças, adolescentes e adultos, não apenas no âmbito escolar, mas na sociedade de forma geral. Dessa forma, o Serviço Social vem a ser uma especialidade que colabora junto ao corpo técnico-administrativo e docente ao pensar também na formação continuada, na construção e realização de pesquisas e projetos, e na proposição de espaços de debates temático-transversais.” (Cruz, Santana, Pontes e Medeiros, 2013, p. 5)

I ° CAPÍTULO: CONSTRUÇÃO DO OBJETO

1. Tema

O jardim de infância pode ser designado como uma oportunidade de socialização em que a aprendizagem e o conhecimento se contextualizam nas entidades catalogadas com a amplitude do seio familiar de toda a criança e nas experiências inventariais apropriadas. Esta teoria educativa efetua-se num delimitado tempo e cinge a inclusão da criança num coletivo em que esta interage com dissemelhantes crianças e adultos. O grupo, harmoniza a conjuntura direta de inserção sociável através da conotação entre crianças e adultos, crianças e entre adultos.

O Centro Social de N^a Sr^a da Paz, localizado no bairro da Bela Vista, em Setúbal, é uma das valências da Cáritas Diocesana de Setúbal e o maior dos cinco equipamentos da mesma. Este Centro Social é constituído por uma creche e jardim de infância, um centro de intervenção comunitário, um centro de dia para idosos, apoio domiciliário e um centro de apoio à vida (grávidas e mães adolescentes). O Jardim de Infância “Sol”, integrado no Centro de N^a Sr.^a da Paz, foi a valência escolhida para a elaboração do trabalho de projeto.

Este JI é constituído por um grupo de crianças dos 0 aos 6 anos de idade cujas famílias são oriundas do Bairro da Bela Vista e das proximidades.

A designação de bairro, muitas vezes relacionado a áreas de vulnerabilidades e de exclusão social, por vezes interrelacionados com uma vigorosa representação de guetização e insularidade social face à veracidade circundante, é um território com uma necessidade de intervenção. Esta intercessão, de adjacência e resolução, junto do JI envolve a identificação de que as pessoas são providas de qualidades, por vezes não estimuladas e não reconhecidas, produto de conotações afetivo-territoriais. Nesta perspetiva, há também que incitar a importância concedida aos artefactos e meio envolvente, de maneira a arrogarem um sentimento de pertença e uma preferência entusiasta, que progrida num resultado cíclico na comunidade.

A presença de bairros carenciados, não é recente em Portugal pois, de facto, estes lugares subsistem e têm também um lado menos bom, que desenvolvem diferentes procederes desviantes entre os seus habitantes e outros cidadãos que frequentemente fraternizam nesses bairros.

Em fevereiro de 2012, foi feito um estudo¹ sobre a população e famílias que habitam o bairro da BV, em Setúbal e constatou-se que habitam na área em análise cerca de 3800 moradores de nacionalidade portuguesa; de etnia cigana; com um baixo nível de escolaridade; população desempregada e uma grande inatividade da população do bairro. Relativamente às famílias, estas são muitas e bastante numerosas, com várias gerações; muitas crianças permanecem em casa com familiares de idades superiores; poucas são as famílias que têm contato regular com a escola; muitas das famílias são pobres; os rendimentos dos agregados não chegam para as despesas, o que origina a diversas dívidas; o reconhecimento da fraca escolaridade é um dos fatores das dificuldades económicas e 300 famílias beneficiam do RSI.

Desta forma, com a elaboração do trabalho de projeto, pretende-se verificar quais as situações mais complexas de famílias carenciadas cujos filhos frequentam o JI “Sol”, como estas estão a ser acompanhadas, e também verificar quais as soluções possíveis para a resolução dos problemas existentes.

Através da interação com os pais, discência de valores, atitudes, aptidões cognitivas e sociais enceta desde cedo na criança e mais tarde igualmente com os educadores em situação formal no jardim de infância. Esta perspetiva orienta para uma enorme responsabilização dos técnicos na educação das crianças. Os educadores têm então a função de proporcionar experiências que busquem a prática diária dos diferentes valores, auxiliando as crianças a orientarem e resolverem discórdias e a procurarem nas desigualdades do outro as suas potencialidades. Contudo, é importante que o JI fortaleça aptidões, disposições e atitudes que são consideradas perduráveis, ou seja, que por mais tempo que passe, continuam estáveis, elementares e importantes.

Elucidar o sentido do vocábulo solidariedade em toda a sua manifestação de posse a um grupo, sejam eles quem forem, depara no jardim de infância um local ideal. Aprender a ser solidário para com os outros, nomeadamente com os mais próximos e com aqueles que estão fora do JI é um dos pilares para o ensinamento das crianças e a base elementar para a edificação de uma comunidade melhor. Recuperar o sentido na instrução da palavra solidariedade é, com as crianças de JI, cultivar a repartição de bens comuns como os saberes, os objetos e os materiais do grupo, participando no bem comum ao fortalecer ações de cooperação, auxílio, apoio e defesa em posições de injustiça.

¹ “Programa Integrado de Participação e Desenvolvimento da Bela Vista e Zona Envolvente – Documento Orientador”, dados de 2010.

Assim, uma concepção que deve adquirir robustez no JI é a de cidadania, no que esta exprime para a criança, instituindo-se a proteger os seus próprios benefícios e direitos, mas também saber reagir e interceder, modificando disposições de determinada situação.

O principal desafio da educação perante a sociedade atual é o de conseguir cooperar para a edificação de uma benevolência que transverte as informações em ciência exata. É neste campo que o papel do assistente social é determinante, uma vez que as crianças estão dependentes da aptidão do adulto em lhes instruir para caminhos para que encontrem o que é efetivamente importante. É também essencial assumir a prática de assistente social e admitir que esta profissão pode conduzir à mudança, revelando-se como elementar nos dias de hoje, sendo fundamental compreender o quanto, estes profissionais são importantes nas equipas multidisciplinares, não se centralizando somente na pessoa, mas também na família e no meio envolvente, tornando a intervenção mais completa e eficiente.

Portanto, a necessidade é de refletir, originar, projetar e materializar presunções para a prática profissional do assistente social na zona infantil, tendo em ponderação que esta carência é uma realidade contemporânea, pertencendo, então, apenas aos poderes responsáveis.

2. Problemática do estudo

Na atualidade, o estatuto social da criança suportou transformações reveladoras, tendo esta passado de “sujeito ignorado a objeto sacralizado da civilização em diversas partes do mundo” (Carvalho & Ferreira, 2009, p. 105). Estas modificações unificaram-se na afirmação da criança como dependente titular de direitos, alusivo ao princípio da Declaração dos Direitos da Criança.

Para executar os direitos das crianças, é essencial que os profissionais compreendam o tipo de ordem social instituída e as características opressivas da mesma, pois só assim é que é exequível estimular os outros profissionais, as crianças e as famílias a atualizar e a transformar a comunidade. Tendo em conta a teoria crítica, é indispensável que os profissionais reflitam sobre certas veracidades.

A inclusão dos assistentes sociais no JI, é um aspeto positivo para a profissão, para as crianças, famílias e comunidade escolar. O profissional de Serviço Social tem empenhos nesta ideologia, pois as ações que desenvolve remetem para questões estruturais, complexas e heterogéneas para as quais nem sempre há resoluções claras.

Enquanto pessoa em formação, a criança, tem o direito de benfeitorizar de todas as conjunturas que lhe consintam fortalecer plenamente as suas aptidões a nível ético, psíquico, social e físico, de modo a avalizar a sua honorabilidade como pessoa. O Estado e a comunidade devem produzir determinadas conjunturas civilizacionais, socioeconómicas, culturais e ambientais, de modo a certificar e progredir na sua qualidade de vida e no seu bem-estar social.

A pesquisa é uma atitude elementar do ser humano, um raciocínio básico que desperta o seu avanço e que o acompanha ao longo das modificações como pilar da sua adaptação ao mundo envolvente. O desafio do assistente social não é meramente compreender, investigar e globalizar desfechos sobre matérias que se dispõem, mas evidentemente elucidar e esclarecer, para auxiliar a intervenção.

O proceder educacional é analisado, nesse caso, como uma frequente ligação de troca de conhecimentos entre os sujeitos que a ele competem, avigorando em cada um deles latentes e cubagens diferenciadas, desde aspetos afetivos e cognitivos aos aspetos sociais e políticos. Como tal, os estabelecimentos de JI precisam estar sustidos por um labor que acate a realidade social, civilizacional e económica das famílias e suas crianças, transversalmente da aproximação e estabilização do vínculo familiar neste sistema, o qual está para além de um modo educacional, mas obtendo, ser igualmente avaliado por uma ideologia social, considerando que a formação para a cidadania é uma asserção escolar.

O conceito de criança foi evoluindo e surgem então, no século XX, as principais leis referentes às crianças e suas famílias como submetidos a direitos. Logo, no ano de 1911 é propagada a Lei de Proteção à Infância; em 1919 é concebido um órgão coordenativo das ações protetoras sobre as crianças que obtém, em 1926, aptidões de significado e intervenção nas situações de risco moral das crianças. “A evolução mais significativa foi em 1990, altura em que a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança é alterada. Esta convenção trouxe um conjunto de alterações no que diz respeito às crianças, sublinhando-se a mais importante, a substituição do conceito de proteção pelo de participação e o reconhecimento às crianças dos Direitos semelhantes aos adultos”. (Gomes, 2010; Soares, 2002, citado por Pacheco, 2010).

A forma como todas as famílias se organizam é única e distinta, particularmente através das interações e determinadas funções, tais como, quem faz o quê, com quem e para quê, o que se transpõe, de igual modo, na singularidade decorrente de métodos comunicacionais que a fazem nascer, preservar ou desaparecer. “Dado que a família é considerada um elemento natural para o crescimento e bem-estar das crianças, o Estado adota

o papel de provedor e defensor do bem-estar, especificamente através de políticas sociais de proteção, e quando a família não tem condições para o fazer.” (Ferreira J., 2011, p. 123). Esta intervenção tem como objetivo asseverar uma retribuição por consumos familiares adicionais, através da cedência de contribuições pecuniárias, principalmente, incumbências familiares e responsabilidades no domínio da carência ou dependência.

É no decorrer da infância que a pessoa obtém capacidades e valores que o ajudam na edificação da sua entidade, sendo que a família resgata um papel decisivo no seu progresso, nomeadamente por se tornar na primordial instituição pedagógica. A família compõe o ambiente social onde a criança nasce, cresce e alcança os seus saberes iniciais, indispensáveis para que se executem corretamente as fases do seu progresso, num meio cordial e afetivo. Infelizmente, nem sempre, esta situação se observa, pois nem todas as famílias têm capacidade para sustentar um ambiente conveniente e estruturado para o conforto da própria criança. Todavia, certas famílias conseguem superar tempos de crise, apoiando-se em diligentes internos, outras pedem de colaboração externa para as coadjuvar a trilhar as complexidades, consentindo, assim, reinstaurar a conformidade.

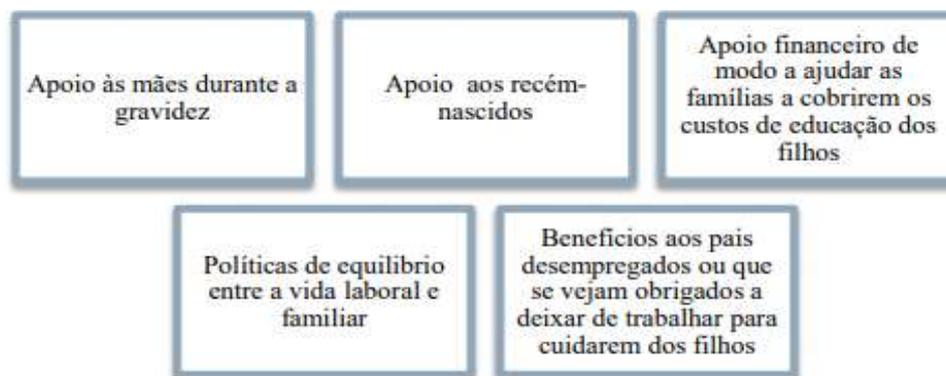
Embora as famílias estruturadas possam arrogar uma multiplicidade salientada, a comunidade tem como expectativa que a família tenha a cubagem necessária para exercer os seus cargos de proteger, apoiar, auxiliar, cooperar para que a criança se envolva socialmente na sociedade onde vive e garanta a sua identidade.

“A família para além das necessidades básicas tais como: alimentação e higiene, deverá proporcionar aos seus elementos um ambiente afetivo e securizante, promovendo oportunidades para que a criança possa vivenciar experiências diversificadas que permitam a aquisição e desenvolvimento de competências pessoais e sociais.” (Gomes, 2010, p.5)

A família deve ser o suporte para que a criança consiga desenvolver-se em segurança, progredindo no seu bem-estar e independência de modo pacífico e delicado durante a sua infância. A conjuntura familiar é essencial, pois o meio social e emotivo, refletem-se nos cuidados que se conferem à criança e o contexto cultural também, logo, a maneira de instruir, é afetada por crenças e valores que os progenitores defendem, sendo os objetivos de socialização em correspondência à criança. É então, nesta conjuntura que a criança aprende a superintender e a revelar as suas próprias emoções, medos e confianças, sendo os pais e o encadeamento que sustentam entre si, moldes de aprendizagens.

Compreende-se assim que a família é a base elementar na sociedade asseverando a constituição da pessoa para o prosseguimento da sua existência.

Imagem nº 1 - Tipologias de intervenção estatal nas Políticas de Apoio à Família



Fonte: OCDE "Doing Better for Families" (2011)

É importante a conceção de Políticas de Apoio à Família que integrem e rentabilizem as cooperações atuais entre distintos atores, fundamentadas numa parceria entre o governo, os mercados e as famílias (McDonald, 2000), conseguindo estas arregar três proporções, a base financeira, políticas de coerência entre o sustento profissional e familiar e políticas de auxílio a crianças e pais. (OCDE, 2011:61).

2.1 Redes de Serviços na educação de infância

A rede de serviços para a educação de infância em Portugal é composta por instituições de tipologias, regulamentos e tutelas distintas²:

- Dos 0 aos 3 anos – Serviços tutorados pelo Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, bem como amas legalizadas pela SS, creches de estabelecimentos particulares de solidariedade social (IPSS) e de instituições privadas com fins lucrativos.
- Dos 3 aos 6 anos – Modalidades com tutela pedagógica do Ministério da Educação e Ciência, bem como JI da rede pública, JI de estabelecimentos privados de solidariedade social, JI de instituições privadas com fins lucrativos e há também bolsas residuais de educação itinerante, para aqueles, cuja vida familiar obriga a viajar de terra em terra, sendo integrados em diversos estabelecimentos no mesmo ano letivo.

Em meados do século XX, a proteção da criança, em termos internacionais, alcançou uma maior relevância, passando a ser comum nas normas legítimas dirigidas à criança.

² *In* Pensar a educação de infância e os seus contextos (2015).

Refletindo nas especificidades e nas precisões do contexto de ser criança, surge, a necessidade de conceder a esta primordial etapa da vida um regime peculiar, que se efetivou com a publicação, a 20 de novembro de 1959, da Declaração³ Universal dos Direitos da Criança. Aceite pela ONU, esta declaração veio constituir a incorporação ética para os direitos da criança e igualmente identificar o direito a beneficiar de especial proteção, de ensejos e facilidades para o seu progresso saudável em circunstâncias de autonomia e respeitabilidade, o direito a um nome, nacionalidade e à segurança social e, ainda, a uma educação gratuita e indispensável que promova a evolução da sua cultura geral, que coopere para a identidade de classes e que estimule o desenvolvimento as suas responsabilidades., capacidades e opiniões próprias.

A necessidade de proteção social mostra-se de um modo geral distinta, de forma a dirigir-se à família como um todo ou a procurar saciar as próprias carências dos seus membros, resultantes da idade, da situação de saúde, da posição perante o labor, a justiça, a educação, a habitação, entre outros setores diversificados. A lei n.º. 28/84, veio definir as bases gerais do sistema da segurança social⁴:

- Regime contributivo ou regime geral de segurança social – Tem como objetivo a proteção dos trabalhadores e das suas famílias com carência ou incapacidade para o trabalho, abonando a recompensa de responsabilidades familiares. Compreende toda a população ativa, abrangendo os trabalhadores independentes, sendo obrigatória a sua inscrição.
- Regime não contributivo ou regime básico de solidariedade social – Tem como finalidade a proteção a pessoas em situação de carecimento económico, não cobertas pelo regime geral. Consoante a identificação dos interessados e do requerimento em que seja feita a fundamentação do pedido, a pessoa está ou não apta, conforme as suas condições.
- Modalidades de ação social – Destinam-se a prestações, pecuniárias ou em espécie, apropriadas às casualidades a auxiliar, consoante a situação das pessoas e das suas famílias. Contêm, particularmente, o uso de equipamentos e de serviços sociais, as prestações em espécie.

³ A Assembleia Geral Proclama esta Declaração dos Direitos da Criança com vista a uma infância feliz, com o objetivo de chamar a atenção dos pais, enquanto homens e mulheres, das organizações voluntárias, autoridades locais e Governos nacionais, para o reconhecimento dos direitos e para a necessidade de se empenharem na respetiva aplicação através de medidas legislativas ou outras progressivamente tomadas de acordo com alguns princípios.

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf

⁴ http://www.seg-social.pt/documents/10152/51610/Familia_proteccao_social/0fb9a4b1-917b-45c2-beec-93e8f8aee603

“A profissão de Serviço Social promove a mudança social, a resolução de problemas nas relações humanas e o empowerment, e a autonomia da pessoa para melhorar o seu bem-estar. O Serviço Social, através da utilização de teorias do comportamento humano e dos sistemas de proteção social, intervém nos problemas das pessoas no contexto social envolvente. Os princípios dos direitos humanos e da justiça social são fundamentais para o Serviço Social” (2014, Melbourn)⁵.

2.2 Teorias de desenvolvimento da infância

O desenvolvimento é um processo através do qual as mutações individuais que sucedem ao longo da vida, resultam de um conjunto de fatores sensoriais, linguísticos, cognitivos, físicos e sociais. Estas mudanças acontecem de formas distintas, sendo algumas delas perceptíveis e notáveis todos os dias, tais como a evolução da linguagem, outras menos visíveis, tal como o comportamento social que muitas vezes obrigam a um olhar mais cuidadoso para detetar a mudança. (Chambers, 2006)

Na área da psicologia, o conceito de estágio de desenvolvimento é interpretado de forma diferente entre vários autores. Adotando a definição de Tavares (2007), estágio de desenvolvimento é uma estrutura com particularidades próprias, dependentes umas das outras, modificáveis e ajustáveis a cada pessoa, ainda que estabeleçam uma sequência uniformizada. No entanto, é exequível falar-se de desenvolvimento sem se aludir a importância da hereditariedade e a influência do meio ambiente.

Erikson⁶ (1976), afirma que a criança passa por determinadas crises, que são estruturadas de tal forma que, ao sair delas, ou ela sai com uma autoestima mais avigorada ou mais fraca, consoante o modo como lida com a situação. Assim, podemos concluir que o desenvolvimento e o progresso da pessoa está interligado ao contexto social. Este autor, defende também que a criança atinge o seu desenvolvimento individual através da interação do meio externo com as suas próprias dinâmicas internas.

⁵ Última definição do Serviço Social, sobre o acolhimento e a diversidade de perspetivas internacionais, foi apresentada e discutida na Assembleia Mundial da FIAS, realizada em Melbourne em julho de 2014.

⁶ Erik Homburger Erikson nasceu em Frankfurt, em 1902 e morreu em 1994. Iniciou a sua carreira na área artística e foi convidado a trabalhar numa escola de psicanálise. Em 1933 mudou-se para os Estados Unidos, onde continuou os seus estudos em psicanálise, sendo o primeiro psicanalista infantil americano.

Segundo Piaget⁷, ao longo do desenvolvimento da criança, existem quatro estádios dissemelhantes, sendo estes uma sucessão de níveis de equilíbrio. Cada um destes estádios corresponde a diferentes características comportamentais e específicas. São eles: o estádio sensório-motor (0-2 anos); o estádio intuitivo ou pré-operatório (2-6 anos); o estádio das operações concretas (7-11 anos) e por último o estádio das operações formais (dos 12 anos adiante).

Em todos os estádios originam-se alegorias momentâneas e suplementares, que são transformadas pelo avanço em função de exatidões estruturadas. A base da teoria de desenvolvimento de Piaget está em considerar a interação da criança com o meio para conseguir esclarecer o progresso mental. Segundo o autor, para entendermos como as crianças obtêm saberes, temos de compreender como a criança vai agir sobre o meio e o meio sobre ela na sociedade atual.

Piaget considera que é no desenvolvimento cognitivo, desde o nascimento até à adolescência, que são visíveis as grandes aquisições mentais. Outro autor, Vygotsky⁸, atenta que o papel da sociedade é elementar para a edificação das funções intelectuais superiores e para que o funcionamento cognitivo surja de modo culturalmente planificado, assim como as interações sociais.

Vygotsky sugere que o desenvolvimento cultural da criança surja num primeiro plano social e, posteriormente, num plano psicológico. Para este autor, a cognição não é um processo de descoberta individual, mas sim uma atividade social, com os pais, professores e crianças que motivam, orientam e constituem a aprendizagem.

Durkheim expõe que “(...) a escola desempenha, então, uma rutura no mundo da criança porque através dela, a criança ingressa numa outra esfera de vida social. A escola desempenha essa função, pois por meio da ação do educador a criança passará por um processo de transformação de um ser individual e insocial, a um ser social, com um sentimento de dever para com a sociedade e a regras que orientam a sua conduta. Logo a criança passará a ajustar-se à sociedade, pois será integrante dela”. (Lopes, 2006:13)

O desenvolvimento da criança, segundo Fonseca (2005), é a consequência da combinação de dois tipos de herança: a biológica, consequente do potencial genético

⁷ Jean Piaget - Nasceu na Suíça a 9 de agosto de 1896 e sempre foi uma criança muito precoce, tendo publicado o seu primeiro artigo sobre um pardal albino aos 11 anos. Mais tarde, especializou-se em estudos do conhecimento humano, focando-se no desenvolvimento da criança.

⁸ Lev Semionovich Vygotsky nasceu em Orsha, na Bielorrússia, em 1896. Foi um dos maiores psicólogos do séc. XX e a sua obra científica conheceu um destino excepcional. Morreu aos 38 anos sem poder ver a publicação das suas obras mais importantes.

transmitido pelos progenitores, a outra, o social, resultante da cultura dos progenitores e do meio onde estão inseridos.

“O desenvolvimento da criança tende à conquista e produção de competências psicomotoras de aprendizagem que resultam numa herança biológica complexa que decorre num tempo filogenético, apropria-se posteriormente numa herança cultural durante um tempo sócio-histórico, e realiza toda esta aventura prodigiosa num tempo ontogenético.” (Fonseca, 2005:753).

3. Problematização do problema social

Na sociedade contemporânea, os olhares sobre a infância, fundamentalmente de cariz histórico, filosófico, psicopedagógico ou médico deram princípio a um prosseguimento de reflexos e concepções, por vezes contraditórias, que colaboram para a sua conceptualização no moderno. Relativamente à sociologia, área que ingressou tarde neste sistema, tem vindo a destacar-se um certo paradoxo, as crianças tornaram-se objeto de um gradual interesse nas sociedades à medida que o seu peso foi reduzindo no conjunto total da população.

Atualmente, a fisionomia da infância concentra-se na necessidade da sua proteção e do avanço de estratégias que efetivem os Direitos da Criança, ostentados em 1989, destacando-se uma noção de cidadania que impõe a sua participação na presença social.

“O lugar da infância na contemporaneidade é um lugar de mudança. A modernidade estabeleceu uma norma da infância, em larga medida definida pela negatividade constituinte: a criança não trabalha, não tem acesso directo ao mercado, não se casa, não vota nem é eleita, não toma decisões relevantes, não é punível por crimes (é inimputável). Essa norma assenta num conjunto estruturado de instituições, regras e prescrições que se encarregam da “educação” da criança, especialmente a escola e a família. “(Sarmiento cit. em Delgado e Muller, 2006: 17)

As crianças consistem num dos grandes anseios das sociedades contemporâneas (Buckingham, 2000:5). Tal fenómeno é o produto de uma pluralidade de fatores, tais como o progressivo envelhecimento da população, as modificações sucedidas nas sociedades, em geral, e nas estruturas familiares, em particular e o surgimento ou maior visibilidade, de um combinado de riscos que amedrontam o “normal” desenvolvimento da criança.

Neste fio condutor, relativamente ao raciocínio de Beck (cit. em Javeau, 2006), é a própria criança que pode ser observada como um risco, uma oposição no método de particularização, uma vez que a sua instrução e progresso envolvem importâncias financeiras

e labores específicos, revelando-se, a mesma, um ator social imponderável, agitante das relações sociais e dos equilíbrios instituídos, particularmente no seio da família.

Para além da intervenção numa área lógica, as trajetórias que acompanharam uma determinada família em situações de pobreza não podem ser desconsideradas, desta forma, o saber dessas trajetórias poderão ser deliberativas para que a ação transformante alcance autênticas substruções da questão, decretando expedientes, manuseando inconstantes teóricas e políticas, gerindo carecimentos e impulsionando potenciais, no sentido da mudança de situação de vida, autenticadas socialmente como complexas ou conflituais e, dessa forma, dignas de refutações institucionais e abrangíveis por políticas sociais. O domínio social, enquanto propriedade elementar de envolvimento, remete-nos, prontamente, para a relevância das redes de civilidade, desde a família, vizinhança territorial ou profissional e amizade, subsistindo ou não como causas em funcionamento. O assistente social tem a função de desencadear nas suas proposições de intervenção a inspiração potenciadora presente em cada um, enquadradas no relacionamento entre os modelos de valores e atitudes no sistema de modificação social, de modo categorial mais vasto, na recolocação de contexturas de classes sociais, quer alusivo ao seu território quer nos estigmas formulados. Assim, o trabalho de edificação deve ser efetuado em rede e incorporando a pessoa no projeto intrínseco à mutação.

“Facilitar/produzir mudanças sociais (...), em ordem a serem alterados determinados problemas, necessidades e situações sociais. Neste contexto, a sua intervenção consiste, fundamentalmente, em fomentar e desenvolver capacidades sociais, individuais e colectivas: a nível cognitivo (...), a nível relacional (...), a nível organizativo (...) (Branco & Fernandes, 7)”

No contexto de socialização da criança, persuade a maneira como delimitadas necessidades são saciadas. Na educação, aborda-se a questão da evolução cognitiva da criança, desde o seu nascimento que deve ser ativado no seio familiar e no jardim de infância, de modo a antever défices que afetem o seu discernimento.

A criança deve desenvolver uma autoimagem, a nível identitário, como um ser individual e considerado pelos outros e por si próprio, com uma autoestima positiva e com um sentimento de estar, introduzida num grupo e na comunidade. No seu relacionamento familiar e social é fundamental a evolução da empatia, a criação de conexões de segurança, afetivas e firmes com os outros, para que se sinta preservada e ciente de que, perante qualquer fatalidade, há alguém em quem podem acreditar. Por via da aquisição de proficiências físicas, emocionais e comunicativas da criança há o carecimento da existência da capacidade de independência.

Em muitas situações, devido às opressões diárias a que estão submetidos, os pais, por bastante responsáveis que sejam e por mais cautela que pretendam dar ao filho, não dispõem

do tempo essencial para determinadas atividades e para o contentamento total de todas as necessidades. Por conseguinte, as ações de formação e informação e de prevenção desempenham um papel elementar, aliando-se o atendimento e acompanhamento social em caso de incertezas ou de complexidades na educação dos filhos. A família, deve também prestar os cuidados básicos às crianças, ou seja, abonar o contentamento dos carecimentos físicos como a alimentação, o vestuário, a higiene, a saúde e o bem-estar. Assim, e uma vez que a satisfação ou descontentamento das precisões das crianças consentem o reconhecimento de situações de risco e perigo, importa compreender a tipologia das necessidades visíveis para a abordagem de assistentes sociais em determinadas situações.

“A Intervenção Social é entendida como um processo em que uma dada pessoa (sistema-interventor) se assume como recurso social de outra pessoa, grupo, organização, comunidade ou rede social (sistema-cliente) interagindo com ele com o objetivo de o ajudar a suprir um conjunto de necessidades sociais, potenciando estímulos e combatendo obstáculos à mudança pretendida.” (Carmo, 2001:2)

A importância fundamental para a cidadania da criança é proporcionada pelas perturbações e desafios do nosso dia a dia, que invocam para um maior sentido de participação na vida social, num contexto de princípio pessoal aos valores cívicos.

Portanto, analisa-se que apesar de o AS não estar de todo presente naquilo que é o contexto de jardim de infância, é sem dúvida, essencial para fazer a articulação ou até mesmo o vínculo do jardim de infância à sociedade e da sociedade ao jardim de infância, sendo assim pertinente a sua inclusão nesta área.

Assim é perceptível que ainda há muito por e para fazer, não só no próprio jardim de infância e na sociedade, mas igualmente no próprio Serviço Social, nesta situação, sendo que a cidadania da criança inclusiva só será possível se existir uma formação inicial e contínua dos técnicos educativos, família, criança e assistentes sociais.

Para isso, é importante que o assistente social prossiga na investigação e na estabilização do projeto ético e político do Serviço Social e que particularmente progrida no desenvolvimento da sociabilidade pública, apta em reestabelecer a política como campo de conceção e conceptualização dos direitos humanos.

Compete ao assistente social e à sua equipa trabalhar em conjunto para que os objetivos da instituição de jardim de infância sejam atingidos. Desta forma, o assistente social tem aqui uma função significativa de conceber um ambiente categórico entre todos os intervenientes para que haja um sentido de missão.

Neste projeto de intervenção no JI, podemos inserir o “Programa 3 em Linha”⁹ que tem como objetivo promover um melhor equilíbrio entre a vida pessoal, profissional e familiar, de modo a obter a igualdade e cidadania plena, que consinta na concretização de preferências livres em todas as circunstâncias da vida, autenticada no Pilar Europeu dos Direitos Sociais¹⁰ como uma das situações de trabalho equitativas.

Este programa visa melhorar o índice de bem-estar¹¹, no indicador "Balanço vida-trabalho" (INE)¹², que tem enfraquecido desde 2011.

O programa, obriga a uma modificação cultural que apela a toda a comunidade a arregar de um acordo coletivo com medidas de impacto num período reduzido, médio e extenso. Este programa apresenta, com isto, um esforço coletivo do Governo, de organizações públicas e privadas, e de entidades da administração pública central e local.

Estruturado em quatro eixos, o “Programa 3 em Linha” suporta, medidas transversais e setoriais, projetos-piloto e medidas de uso universalizado, com recetores distintos, tais como estruturas sociais, públicas e privadas, homens e mulheres nas desiguais etapas do seu ciclo de vida, desde a criança ao idoso e famílias na sua multiplicidade de paradigmas.

Começando pelo primeiro eixo, deste faz parte o (im)pacto para a conciliação, logo, congrega medidas que movimentam várias espécies de entidades empregadoras para o desenrolamento de aplicações impulsionadoras da conciliação e para a sua irradiação.

O segundo eixo diz respeito ao conciliar na administração pública, pois aglomera medidas que mostram o acordo da administração central e local, através da consonância.

Equipamentos, serviços e incentivos para a concordância, fazem parte do terceiro eixo, que agrupa utensílios, apoiando na concertação, particularmente, na posse do cuidado da saúde, da educação e dos transportes.

Por último, o quarto eixo, refere-se ao conhecer para conciliar, fazem parte medidas que levam à génese da erudição e à sua vulgarização, de modo a desenvolver novas ações.

⁹ <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=2b472cb7-980b-4d69-b744-366020d7e873>

¹⁰ [Http://poise.portugal2020.pt/detalhe-da-noticia/-/asset_publisher/shVvwTnU78Vn/content/social-priorities-under-the-juncker-commission-pilar-europeu-dos-direitos-sociais](http://poise.portugal2020.pt/detalhe-da-noticia/-/asset_publisher/shVvwTnU78Vn/content/social-priorities-under-the-juncker-commission-pilar-europeu-dos-direitos-sociais)

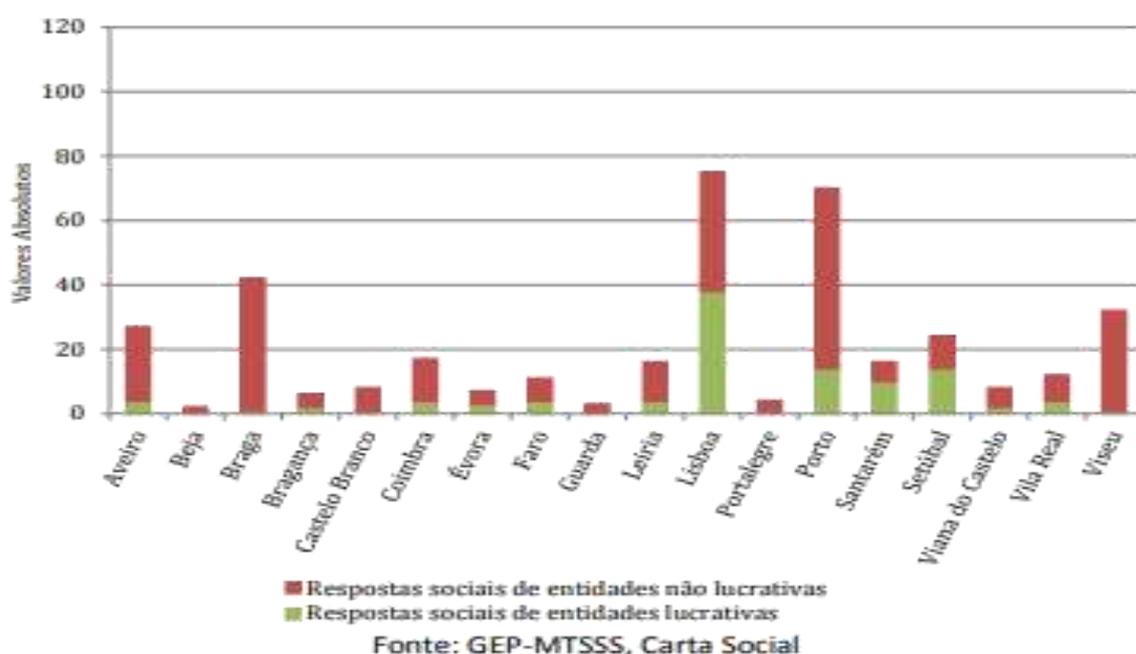
¹¹ O objetivo do índice de bem-estar é disponibilizar, numa base regular, resultados que permitam acompanhar a evolução do bem-estar e progresso social em duas vertentes determinantes: condições materiais de vida das famílias e qualidade de vida. O índice desagrega-se em dez domínios de análise: bem-estar económico; vulnerabilidade económica; trabalho e remuneração; saúde; balanço vida-trabalho; educação, conhecimento e competências; relações sociais e bem-estar subjetivo; participação cívica e governação; segurança social e ambiente.

¹² https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indbemestar&xlang=pt

Ao inserir o programa, neste projeto, seria uma mais valia para o bem-estar social da criança e da sua família, nomeadamente, dando respostas sociais, tais como a equipamentos que estas frequentam

A disposição de equipamentos sociais na região continental distingue-se, refletindo, de alguma forma, nas discrepâncias presentes na distribuição demográfica, sendo notório que os municípios localizados ao longo da faixa litoral centralizam-se num superior número de equipamentos.

Gráfico nº 1 - Distribuição do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por distrito (2017)



A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), enquanto componente básico na promoção e no progresso da proteção social, verte-se no oferecimento de um combinado de respostas sociais, especialmente direcionadas para grupos mais vulneráveis, com um papel decisivo no combate a situações de carência, bem como na promoção da inclusão social e da identidade entre a atividade profissional e a vida familiar e pessoal.

Relativamente ao RSES, é considerado proprietário, qualquer entidade, coletiva pessoal, a quem pertence um ou mais equipamentos onde se originam respostas sociais¹³.

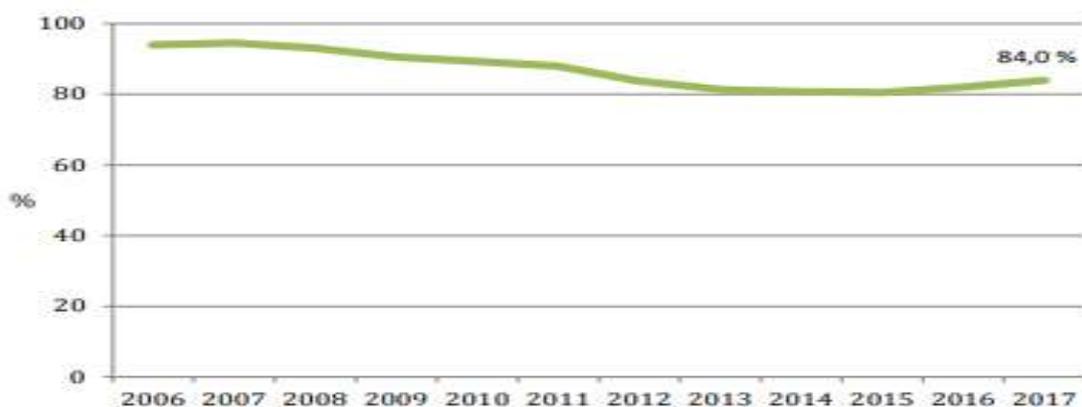
¹³ As repostas sociais podem ser entendidas como um conjunto de atividades e/ou serviços desenvolvidos em equipamentos sociais, ou a partir destes, para apoio a pessoas e famílias.

É também considerado equipamento social toda a edificação material onde se produzem as distintas objeções sociais ou onde estão alojados os serviços de enquadramento de delimitadas respostas.

À correspondência dos equipamentos, verifica-se determinadas oscilações no desenvolvimento do número de respostas sociais que ingressaram em atividade entre 2010 e 2017 e que poderão recuperar explicações nas modificações socioeconómicas sucedidas ao longo desta década. Os distritos que assinalaram a maior porção de novas respostas durante o ano de 2017 foram Lisboa, Porto, Braga e Viseu, apresentando 58 % do conjunto total, como podemos analisar no gráfico nº 1.

Tal como se pode observar no gráfico nº 2, a taxa de utilização média das respostas para a primeira infância assinala, desde 2016, uma reconquista, fixando-se, em 2017, com 84,0 %, embora tenha patenteado um decréscimo entre 2006 e 2015, registando -14,3 %.

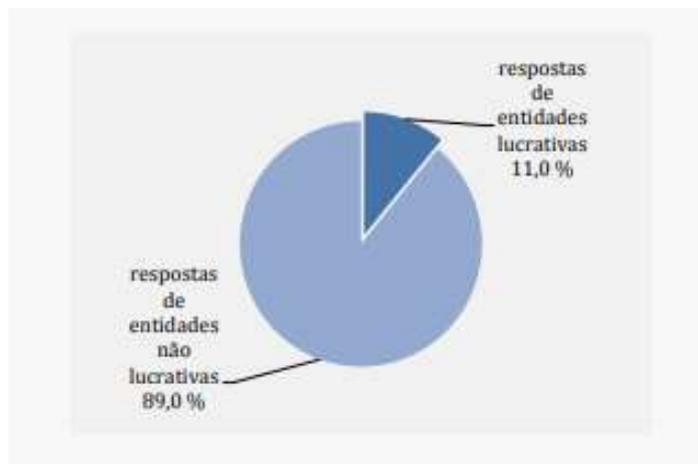
Gráfico nº 2 – Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a 1ª infância, Continente (2000-2017)



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A educação pré-escolar abrange numa resposta social com intercessão adaptada da segurança social e da educação, aplicada a crianças com idades entendidas entre os 3 anos e a idade de acesso no ensino básico, vocacionada para o desenrolamento da criança, brindar atividades edificativas e de auxílio à família. No ano de 2017, tal como se pode verificar no gráfico nº 3, estavam assentes, na carta social, próximo de 4732 respostas de educação pré-escolar na região continental, 89 % das quais eram desenvolvidas por entidades não lucrativas, da rede solidária e da rede pública. Observou-se um aumento, permanecendo, o número total de lugares, próximo dos 244 500, mais de $\frac{1}{3}$ dos quais estão fragmentados pela zona Norte.

Gráfico nº 3 – Distribuição percentual das respostas de Educação Pré-Escolar, por natureza jurídica da entidade proprietária (2017)



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Toda esta informação recolhida é referente a 31 de Dezembro de 2017, e tem por base entender a dinâmica do desenvolvimento recente da RSES na área continental, ostentando as essenciais oscilações e indicativos de caracterização do procedimento das entidades, dos equipamentos sociais de apoio e das distintas respostas sociais, assim como o esforço público que tem sido executado ao nível da ação., integrando essencialmente constituintes alusivos à resposta de educação pré-escolar.

4. Diagnóstico

Segundo Capucha (2008:21) o diagnóstico é um dos passos iniciais, se não o primeiro que deve ser executado para que naturalmente se possa atuar na confeção de um plano de ação, é também imprescindível avaliar o modo como foi produzido (“com quem e para quem”), sendo inevitável inquirir as razões que alicerçam o projeto.

“Pode-se assim afirmar que o diagnóstico consiste na investigação, na análise da natureza ou da causa de um problema, devendo este instrumento do conhecimento incluir no seu estado final a formulação dos resultados dessa análise, bem como a exposição das conclusões pelo que pode não se reduzir apenas à constatação e à explicação. Implícita ou explicitamente orienta a decisão, sugere alternativas, leva a novas investigações (UNESCO, 1970).

A educação pré-escolar define-se como o período inicial de uma instrução planificada, que visa fundamentalmente incluir as crianças de muito tenra idade num meio escolar, isto é,

criar a ligação entre a casa e a escola. Depois da conclusão destes programas, as crianças prosseguem o seu ensino no 1º ciclo e assim sucessivamente.

Tabela nº 1 – Alunos matriculados no ensino pré-escolar: total e por subsistema de ensino

Territórios	Subsistema de ensino					
	Total		Público		Privado	
Anos \pm	2001	2017	2001	2017	2001	2017
Portugal	x	253.959	x	133.930	x	120.029
— Continente	221.407	240.896	107.599	126.000	113.808	114.896
+ Norte	83.522	84.292	45.943	48.068	37.579	36.224
+ Centro	56.708	50.298	32.820	28.504	23.888	21.794
+ Área Metropolitana de Lisboa	56.020	77.060	15.443	32.216	40.577	44.844
+ Alentejo	17.067	17.459	9.999	10.610	7.068	6.849
+ Algarve	8.090	11.787	3.394	6.602	4.696	5.185
+ Região Autónoma dos Açores	x	7.166	x	4.619	x	2.547
+ Região Autónoma da Madeira	x	5.897	x	3.311	x	2.586

Fontes/Entidades: DGEEC/MEd - MCTES, PORDATA

Última atualização: 2018-07-19

X Valor não disponível

Ao observarmos a tabela nº 1, verificamos que as crianças frequentam mais as creches e os JI públicos do que os privados, isto, devido aos custos do setor privado ser mais elevado e há falta de participação nesse mesmo setor.

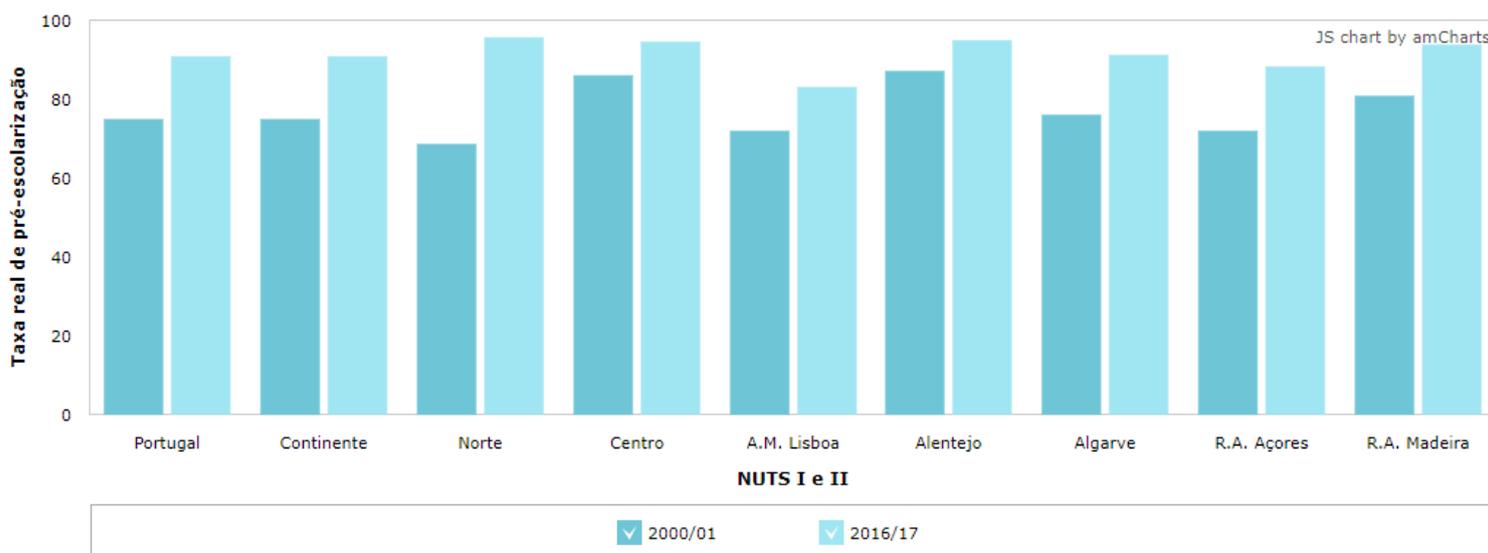
De 2001 para 2017 averigua-se um aumento de inscrições no setor público, com exceção da zona Centro que sofre um enorme decréscimo.

Já no setor público, verifica-se também um aumento de crianças matriculadas de 2001 para 2017, expeto na zona Norte e Centro que registam valores menores com os passar dos anos.

Esta diminuição de valores, de ano para ano, tanto no setor público como privado, resulta, não só da falta de condições económicas por parte das famílias, mas também do decréscimo na frequência das crianças de quatro e cinco anos e por outro de um aumento da assiduidade dos três e seis anos nas instituições infantis.

Há aquisições que devem ser feitas no JI para que as crianças tenham um bom aproveitamento no 1º ciclo. O JI prepara a criança, faz a avaliação precoce de dificuldades, faz o trabalho de socialização entre as crianças e estas aprendem no pré-escolar a serem crianças cidadinas.

Gráfico nº4 - Taxa real de pré-escolarização (%), por NUTS I e II (2000/1 e 2016/17)



Fonte: DGEEC – Dados atualizados em outubro de 2018

Ao analisarmos o gráfico nº 4 podemos concluir que existe uma evolução na taxa real¹⁴ de pré escolarização, nas NUTS¹⁵ I e II, entre 2000/1 e 2016/17.

Em 2000/1 a Madeira detinha a maior taxa real de pré-escolarização com 80,9%, enquanto o Norte, com 68,5% registava os menores valores. No ano de 2016/17 verifica-se uma imensa evolução no Norte, pois sinaliza 95,6% da taxa real de pré-escolarização, tendo a Área Metropolitana de Lisboa, a menor percentagem, registando 83,1%.

Podemos então concluir que Portugal regista um incremento de valores no que diz respeito a esta matéria, devido às circunstâncias de vida e ao ingresso a este tipo de equipamentos em determinadas regiões.

Atualmente, e como podemos verificar nos acordos de cooperação com a segurança social 2018/19, confirma-se que a grande maioria das instituições de JI não possuem nenhum

¹⁴ Taxa real - Relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmo níveis etários.

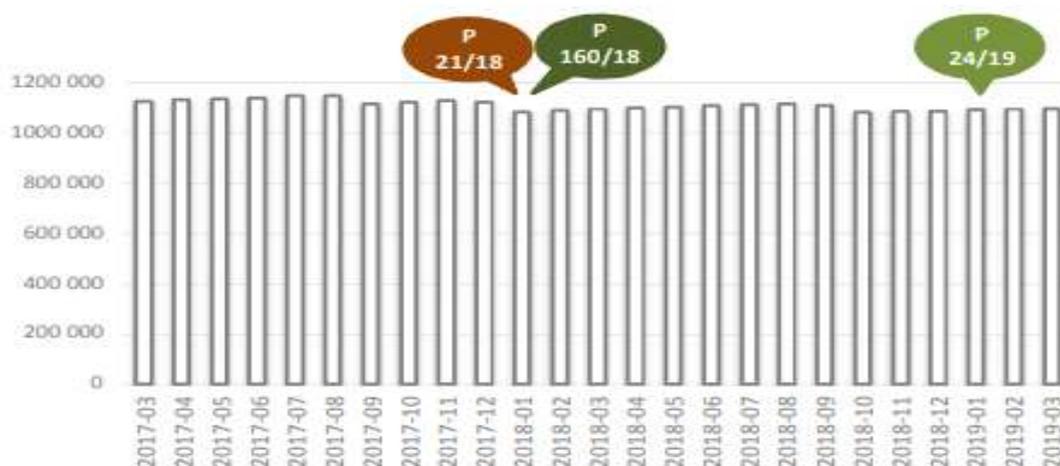
¹⁵ NUTS é o acrónimo de “Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos”, sistema hierárquico de divisão do território em regiões.

técnico superior de Serviço Social, o que por sua vez, podia ser uma mais valia na resposta a estratégias de cariz social neste contexto. Desde o início do trabalho, instalaram-se as dúvidas sobre a existência de um AS na área da infância, ao que consegui perceber, através de pesquisas e de alguns contatos, que a Santa Cada da Misericórdia de Lisboa, é das raríssimas instituições, se não mesmo a única, que possui técnicos de S.S nas suas valências de JI.

O estabelecimento de educação pré-escolar é direcionado para o desenvolvimento da criança, que oferece atividades pedagógicas e atividades de auxílio à família. Possui alguns tipos de comparticipação, que dependem de alguns fatores, tais como, os equipamentos e as instituições estarem disponíveis na zona de residência ou medianamente perto e as instituições do setor social e solidário terem aptidão e capacidade para receber a criança.

Existem também outros casos, em que há o direito a abonos, ou seja, a criança pode ter direito a abono de família e se a criança residir com um único adulto há a amplificação do abono para famílias monoparentais e majoração do total do abono de família dos segundos ou mais filhos para crianças dos 12 aos 36 meses, se tiver também mais do que uma criança.

Gráfico nº 5 - Número de titulares de abono de família (março 2019)



Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

P – Portaria

Em março de 2019, o número de titulares de abonos de família foi de 1 095 444, com alterações mensal e equivalente de 0,1%, vertidas em adições de 1 078 crianças e jovens face ao valor revisado do mês antecedente (1 094 366) e de 1 455 titulares em relação a março de 2018. Foram concedidos 538 601 abonos de famílias ao sexo feminino, patenteando 49,2% do total de processamentos e 556 843 abonos ao sexo masculino (50,8% do total de abonos). A

beneficiação por deficiência foi outorgada a 98 054 titulares (38,2% do sexo feminino e 61,8% do sexo masculino), amplificando 0,3% face ao mês anterior e 5,6% na época similar.

Atualmente, as crianças passam muito tempo no jardim de infância, devido, muitas das vezes, às situações de trabalho a que os pais estão submetidos. Esta longa permanência no espaço educativo, deve ser acolhida por uma maior conexão entre o jardim de infância e a família, de modo a fortalecer a educação das crianças.

Tendo o jardim de infância “Sol” carecimento de técnicos superiores de Serviço Social foi fundamental perceber quais as necessidades do mesmo, em aspetos sociais e elaborar estratégias para resolver determinadas questões.

Após o consentimento foi efetuado um diagnóstico e avaliação da situação, com base nos dados recolhidos nas entrevistas feitas a técnicas do Centro de N^a Sr.^a da Paz para perceber as necessidades das crianças e famílias do J.I “Sol”.

Nesta etapa do diagnóstico, o assistente social recolhe toda a informação sobre a pessoa, assim como referente à questão exposta, refletindo posteriormente sobre os dados reunidos e relacionando-os entre si. É com apoio nesta reflexão que vamos avistar componentes para objetar o problema exposto. Logo, esta fase constitui um duplo processo, recolher a informação e seguidamente reutilizar estas mesmas informações em mercê da pessoa. (Robertis, 2011).

Segundo os dados recolhidos, no JI a concretização do diagnóstico consta em recolher a informação necessária para qualificar a criança e posteriormente a família e delimitar qual a medida que será aplicada. “No primeiro mês de permanência das crianças aqui connosco, setembro/outubro é feito o diagnóstico do grupo de crianças, é aí que cada educadora tenta perceber quais são as dificuldades ou as lacunas existentes naquele grupo”. (E2 – Sofia Ribeiro- Coordenadora JI “Sol”). A efetuação do diagnóstico é decisiva na planificação de uma intervenção, apoiando-se no princípio de que é preciso primeiramente conhecer e só depois intervir.

No ano letivo de 2018/19, o JI “Sol” possui 135 crianças matriculadas, com idades compreendidas entre os quatro meses e os seis anos de idade, sendo que as crianças se encontram divididas entre as valências de creche e jardim de infância. Assim, a tabela nº 2 ilustra o número exato de crianças que existem em cada sala.

Tabela nº 2 – Caracterização das crianças do JI “Sol” (idade e género)

Caracterização dos utentes (idade e género)									
CRECHE									
Salas	Menos 1 Ano		1 Ano		2 Anos		3 Anos		TOTAL
	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas	
Berçário	3	5	0	0	0	0	0	0	8
Arco-íris	0	0	6	6	0	0	0	0	12
Lilás	0	0	5	5	0	0	0	0	10
Verde	0	0	0	0	4	11	0	0	15
Laranja	0	0	0	0	4	10	1	0	15
TOTAL	3	5	11	11	8	21	1	0	60
PRÉ-ESCOLAR									
Salas	3 Anos		4 Anos		5 Anos		6 Anos		TOTAL
	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas	
Amarela	6	6	6	5	2	0	0	0	25
Vermelha	5	4	6	8	1	1	0	0	25
Azul	4	4	6	5	3	2	1	0	25
TOTAL	15	14	18	18	6	3	1	0	75

Dados recolhidos JI “Sol”

Outro aspeto elementar neste processo é a colheita de informações sobre a pessoa e situações de referências.

“A recolha de informação para o diagnóstico deverá acionar-se a três níveis: a nível do meio social; a nível da instituição; a nível do utente. Estes níveis devem estar sempre presentes na intervenção do assistente social, enquadrando-se no contexto do seu trabalho”. (Guadalupe, 2009)

O assistente social identifica, consoante o diagnóstico, qual é o assento social da família em delimitado bairro ou comunidade e agrupa a informação necessária para sinalizar os fatores de risco e perigo, sendo um aspeto essencial numa intervenção com crianças e famílias. É também através do diagnóstico que induzem autenticar os fatores de proteção.

Para Quaresma e Prazeres (2001: 2), a estrutura de um diagnóstico é deveras relevante, mas não se limita à deteção dos problemas e ao reconhecimento das necessidades. O diagnóstico social proporciona um saber de potenciais do meio em conexão ao qual se deseja intervir, mobilizando e formatando a participação das pessoas, das crianças, das famílias e dos grupos, no resultado de toda a ação.

Apesar das famílias que frequentam esta instituição de apoio à infância, serem um público diferente, com algumas limitações, com uma taxa de desemprego muito elevada, com culturas diferentes, há crianças a frequentar a instituição que são de outros bairros, pois a coordenadora, afirma também que não se pretende que o JI se torne num gueto e principalmente, porque a missão da Cáritas é “acolher os que mais precisam”.

No final da entrevista, concluí que a Dr.^a Sofia, concorda com a existência de um técnico de SS que seja extra-infantário, que trabalhe situações a nível social e que possua outros olhares sobre casos problemáticos e possa agir da melhor forma, particularmente no apoio à família e no contexto socio-económico, pois terá de ser um AS a tratar de determinadas situações e não uma educadora, ou seja, há que saber separar profissões e ter noção que para cada caso deve-se recorrer ao técnico superior adequado.

“No dia-a-dia vejo-me obrigada a recorrer à técnica de Serviço Social do centro de intervenção comunitário, Dr.^a Graça Nunes, para resolver problemas relacionados com a criança e a família, pois verifica-se, por vezes: - uma certa insuficiência de respostas sociais para os problemas detetados, tais como carência económica por parte dos pais; falta de apoio a nível de saúde; necessidade de apoio a nível de alimentação, às vezes nota-se diferença na alimentação da criança, verificando que em casa há carência alimentar; - na intervenção das famílias no seio institucional e nas rotinas diárias, inicialmente os pais das crianças utilizavam o infantário por dois motivos: para que a criança não ficasse sozinha na rua e tivesse um sitio para dormir e para almoçar”. (E2 – Sofia Ribeiro- Coordenadora JI “Sol”)

“Mesmo não sendo essa a minha função, nas instalações, se as colegas de JI estão desconfiadas de alguma coisa e estão preocupadas, vêm pedir-me apoio. (E1 -Dr.^a Graça, AS Centro Comunitário N.^a Sr.^a da Paz)

“Através da avaliação diagnóstica pode-se definir juntamente com o utente as mudanças pretendidas, determinar forças e escolher o tipo de intervenção que se pretende levar a cabo, susceptível ao processo de mudança. Centra-se no princípio de que é preciso conhecer e compreender para que se consiga desenvolver uma intervenção susceptível de provocar mudança.” (De Robertis, 2011).

A fase diagnóstica é essencial para o reconhecimento dos recursos presentes em cada situação, pois nesta etapa o AS, procura compreender o problema e as suas derivações, perceber as razões adjacentes e avaliar todo o processo. Com isto e após a colheita de dados o assistente social produz um estudo da situação para compreender a questão exposta. “Quando as colegas de JI detetam algum problema, na sala, com determinada criança, pedem-me ajuda, para por vezes, haver uma avaliação precoce”. (E1 – Graça Nunes- AS no Centro de Intervenção Comunitário).

Na intervenção com crianças e famílias, o reconhecimento destes fatores e vulnerabilidades irá consentir o adaptado ajuste entre o diagnóstico e as avaliações a sugerir. “Temos muitas famílias com algumas dificuldades, crianças a viver só com um dos membros da família, casos de divórcio em que surgem discussões e as crianças assistem (...) tentamos dar sempre feedback aos pais, muitos deles não perguntam, mas nós damos...porque para alguns o jardim

de infância é só para entreter e para as crianças terem um lugar onde ficar enquanto os pais vão trabalhar”. (E4 – Sandra Sá – Educadora no JI “Sol”).

Quando avaliamos a situação da criança e da sua família, podemos basear-nos num modelo de avaliação focado nas carências das crianças e dos seus progenitores, intercedendo nas carências de evolução da criança, ou seja, na saúde, no progresso pessoal, emocional e social, na capacidade de independência e nas conexões familiares e sociais, devemos igualmente intervir nas aptidões das famílias para saciar adequadamente estes carecimentos, tais como, auxiliando cuidados básicos, segurança, bem-estar emocional, instigação, orientação, normas e limites; outro dos fatores influenciáveis são os ambientais, tanto na capacidade parental, como no desenrolamento das crianças, bem como a comunicação e o funcionamento familiar, os vínculos com a família, a habitação, o emprego, o rendimento económico, as relações de proximidade com os vizinhos e os recursos existentes em sociedade. (Gomes, 2010)

“A natureza dos fatores de proteção pode ser identificada ao nível individual, ao nível do meio, das operações realizadas entre os indivíduos e os seus contextos de vida. Também envolve influências intrafamiliares e extrafamiliares que facilitam, apoiam, reforçam e promovem a competência.” (Dunst, 1995, in Martins, 2004)

Desenvolver alternativas às situações apresentadas que, de alguma forma, consigam livrar-se da sua agravação ou promover a mutação passa, em maior parte, por apreender uma enumeração de questões catalogadas com as dinâmicas da família que se está a auxiliar e do seu encadeamento com o meio evolvente. “Foram detetados dois casos problemáticos, um deles em que a mãe não tinha condições para comprar um termómetro e o medicamento para a criança e outro em que a mãe sofria de violência doméstica. Automaticamente fui ter com a assistente social do centro de intervenção comunitário para saber os passos que devia dar. (...) Por isso é necessário haver um assistente social numa instituição infantil para atuar nestas situações” (E3 – Ana Serranheira – Educadora no JI “Sol”).

Os assuntos de risco sinalizados para o projeto são gerados por variados fatores, que circundam experiências particularizadas de cada veracidade familiar. O essencial objetivo será utilizar essas mesmas particularidades de modo a intensificar os seus pontos categóricos e induzir, a partir deles, transpor determinadas debilidades.

Pretendo com isto, transmitir, que o diagnóstico da situação da criança, através do adquirecimento e da intersecção de conhecimento, vai possibilitar o encontro de potenciais e opressões resultantes da própria dinâmica familiar. Assim é exequível criar com os seus constituintes e todos aqueles assuntos relevantes para o procedimento, estratégias que consistam em atenuar os constrangimentos, estimando as suas capacidades.

É fundamental olhar a criança como uma pessoa ativa da sua própria aprendizagem, daí, planificar para as crianças envolve ter uma vasta erudição dos seus interesses e precisões, ao mesmo tempo que se tem como ponto de partida o seu conhecimento prévio. Podemos observar nos anexos 1, 2 e 3 o retrato das atividades desenvolvidas no jardim de infância “Sol”, consoante as diversas características do grupo de crianças, existente numa determinada sala.

Contudo, pode-se afirmar que o trabalho desenvolvido pelo assistente social apresenta-se numa vertente multidisciplinar, que é válida em contexto de jardim de infância mas, se o trabalho for distribuído com os demais técnicos educativos entre educadores, assistentes operacionais, terapeutas, psicólogos, família e sociedade, será benéfico não só para os profissionais, utilizando a troca e partilha de erudições, sendo mais proveitoso para o sucesso, eficiência da intervenção mas também para a criança, família e a própria instituição.

II ° CAPÍTULO: PROJETO

“Prevenir pelo bem-estar social da infância”

1. Justificação

Embora a frequência de diferentes doutrinas, que se debruçam sobre a abordagem sistémica, bem como as perspetivas distintas dos mesmos sobre tal, aqui origina concretamente, analisar a teoria geral dos sistemas, assim como a teoria ecológica dos sistemas, direcionada ao Serviço Social junto da criança e da sua família.

Atualmente, vivemos num mundo globalmente interligado, no qual vários fenómenos implícitos ao mesmo, são todos correlativos, interligados e sistémicos. Ocorrido deste princípio, uma perspetiva de uma ideologia viva, ativa, onde os diferenciados subsistemas se interligam.

Bertalanffy (1971) afirma que o sistema é um combinado de partes correlativas e interjacentes que, simultaneamente provocam um todo unitário, com restringida função, tendo a aptidão de sustentar uma estrutura em situação de modificações internas ou externas, compostas por um conjunto de componentes, em interação, segundo delimitadas leis, para atingir um fim específico.

A teoria geral dos sistemas,¹⁶ sugerida por este autor é utilizada nas ideologias sociais, então a família pode ser considerada uma entidade ativa e diligente, sendo um sistema unitário, constituído por vários indivíduos, interjacentes e interdependentes, onde a relação é elementar, seja a oral ou a não-verbal, pois a interação entre vários membros constitui-se mediante a comunicação, que regulariza as trocas cognitivas, afetivas e comportamentais, concedendo diversos tipos de funções.

Quando é diagnosticado o problema na criança, obtém-se a precisão de uma intercessão à própria família para entender do que se trata para dissipar o referido problema, porém essa intervenção circunda todos os elementos integrantes de uma família, pois é transversal a todos os membros. Partindo do começo que o indício é tido como cubagem de renovação, sendo que esta perspectiva os subordina para a ideia de que o sintoma deixa de ser o que estorva a família de se modificar ou submeter-se à crise. A crise na família em vez de ser compreendida como um perigo é refletida, para afetar o método de mudança e o sintoma como algo que surgiu no meio dela. Esta conspeção leva a que o sistema, distintamente, a família coetânea, conquiste, autonomamente os seus adequados expedientes, para efetuar modificações e acomodar-se às renovações como forma de se auto reestruturar.

O AS usufrui de um papel elementar, neste sentido, o qual passa por avigorar as capacidades apropriadas da pessoa e a induzir nos seus ambientes, positivamente, para que as transações sejam mais adaptativas, pois a acomodação das pessoas às mudanças nas suas vidas é elementar, como forma de evitar os problemas. Pode-se repartir a prática do AS em três fases, particularmente, a inicial, a intermédia ou de avanço e a finalização.

Compete ao assistente social, ao trabalhar com mudanças, auxiliar as pessoas a evoluir através delas e dos instrumentos adaptativos intactos ou melhorados. Para tal, o assistente social pode capacitar e instruir a pessoa, bem como colaborar para simplificar a ação da mesma.

1.1 Modelos de intervenção

Os modelos de intervenção em Serviço Social permitem refletir sobre a prática do assistente social, de modo a prever possíveis efeitos da sua atuação, refletindo sobre as falhas e criando estratégias, integrando o conhecimento em futuras intervenções. (Navarro in Viscaret, 2007).

¹⁶ Como referem Cox e Paley (1997, cf. Fuster e Musitu, 2000, p. 138), Bertalanffy (...) um sistema deve ser entendido como uma totalidade. O todo é, pois, mais do que a soma das suas partes (...).

Na atualidade, a teoria ecológica atribui um papel principal aos métodos de contiguidade, nos quais as desiguais formas de interação entre as pessoas são observadas como uma função do método. Assim, os processos de adjacência são aclarados como as formas peculiares de interação entre entidades e o meio cada vez mais complexos, que atuam ao longo do tempo, sendo os primitivos, impulsores do desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Este enfoque abrange também, que o investigador reflita ecologicamente, no sentido em que este, para além de direcionar o objetivo de estudo, apenas, para o sujeito e os ambientes mais próximos do mesmo, amplifica o campo de visão para as interações da pessoa para com os ambientes mais longínquos, nos quais muitas das vezes participa indiretamente.

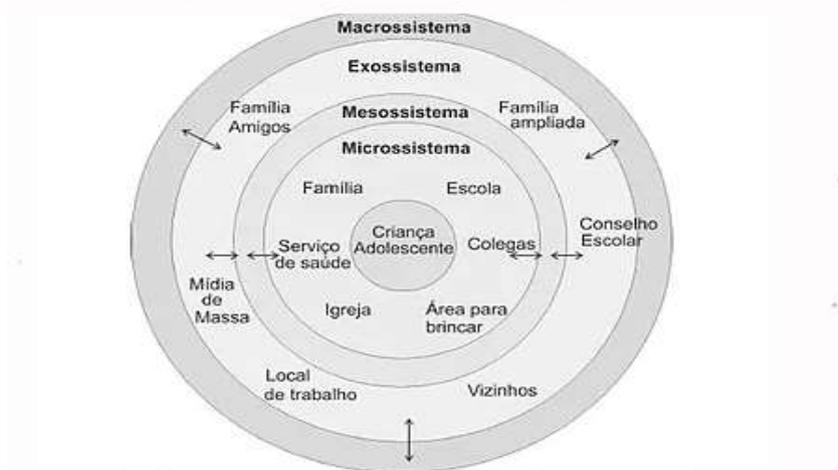
O modelo ecológico enfatiza a relevância da particularidade de vida para as famílias e a sua estreita relação com o meio. Os pais, com esta formulação, carecem de uma combinação adequada de relações formais e informais aptas de oferecer auxílio, orientação e assistência na árdua tarefa de cuidar dos filhos.

“Os aspectos mais importantes do meio ambiente no curso de crescimento psicológico são, de forma esmagadora, aqueles que têm significado para a pessoa numa dada situação”.
(Bronfenbrenner; 1996: 9)

O contexto no qual as pessoas se desenvolvem, segundo o autor, é composto por várias ideologias ou estruturas concêntricas, interligadas e correlativas, sendo que nesta investigação ressaltam-se o microsistema,¹⁷ que neste caso é alusivo ao núcleo familiar onde se institui todo um combinado de conexões entre a criança em evolução e o ambiente em que esta cresce; o macrosistema, o qual integra a sociedade, onde a criança e a família vivem, e à qual é intrínseca uma história e cultura e que pode praticar efeito nos demais sistemas ecológicos, o exossistema, relacionado à comunidade institucional e estruturas sociais do ambiente mais adjacente da criança e da sua família e o mesossistema, enumerado na estrutura política e social dos quais os submetidos se desenvolvem, encaixando-se aqui a conexão produzida entre a instituição que trabalha diretamente com a criança e a respetiva família.

¹⁷ “A vida nos meios familiares caracterizara-se pelo desenvolvimento onde o indivíduo participa activamente (...) Deste modo a casa, a creche ou a escola em que a pessoa é envolvida em interacções fazem parte do microsistema.” (Martins & Szymanski, 2004)

Imagem nº 2 - Teoria Ecológica de Bronfenbrenner



Fonte: Teoria ecológica do desenvolvimento humano (Portugal 1992, p.40)

A teoria ecológica centraliza-se na pessoa enquanto sistema biológico e social em interação com o seu meio. Nesta perspetiva considera-se a família um sistema de robustez em modificação, interdependente do seu contexto físico-biológico, do ambiente humano concebido e do meio sociocultural. Um ecossistema familiar abrange estes ambientes com os quais interatua e cada ideologia encontra-se conectada a outras, de modo a que se influenciem reciprocamente.

Com o objetivo de maximizar o desenvolvimento da pessoa, bem como melhorar o seu meio, este modelo sugere a interação entre todos os elementos internos e externos da situação complexa partindo da uniformidade da pessoa com o seu mundo, em constante mudança (Payne, 2002).

Nos sistemas de apoio social, o trabalho em redes¹⁸ integra-se igualmente na teoria dos sistemas, sendo um suplemento para os assistentes sociais, no sistema de auxílio aos clientes, bem como para o cliente com o propósito de ser coadjuvado. A função do AS compreendesse na identificação das redes sociais formais e informais, de modo a assistir o cliente, por isso, as redes podem ser inconstantes, quer em quantidade, quer em qualidade, submetendo-se aos contactos peculiares entre as partes e da relevância que lhes é conferido.

A visita domiciliária pode ser uma ferramenta especialista, funcional, do Serviço Social, de deferimento da veracidade social, do cliente, arrogando um carácter assistencial, explorativo e educacional, efetuada por profissionais que se deslocam até à habitação do

¹⁸ De acordo com Seed (1990:19) in Malcolm Payne (2002: 211) uma rede “é um sistema ou padrão de laços entre pontos que têm significados específicos”

constituente. Partindo do presumível que a realidade social é um fenómeno a ser compreendido, o AS, integra uma postura investigativa e exploratória, tentando aproximar-se o mais possível da vida social dos clientes, associando-a à habilidade interventiva, para obter o íntimo dessa mesma veracidade.

O assistente social deve medir, no seu procedimento de trabalho, a seu exercício interventivo, o qual se orienta por todo um conjunto teórico-metodológico e instrumental técnico-operativo, onde se envolve e se evidenciam as erudições ético-políticas do SS, como configuração de direcionar a sua ação profissional. Esta ligação direta com o cliente, em situação de vida particular, possibilita aos AS, entender as suas opressões, dificuldades, as relações intrafamiliares, a confraternização comunitária, a vivência no domicílio e os hábitos de vida. A visita, apenas é concretizada, se o assistente social assim o entender, fundamentando a situação social do cliente, na sua intervenção.

O profissional deve ter percepção, que ambas as partes têm papéis diferenciados, então há que elucidar regras operativas, entre as partes, e quando tal sucede, estas modificam-se em modelos de procedimento e de comunicação. Há que dar também especial cautela ao tipo de cliente com que se está a trabalhar, de modo a adaptar a comunicação, como um utensílio de desbloqueio e de barreiras, pois é desvantajoso quer à ligação, quer à respetiva intervenção.

A abordagem sistémica direcionada ao trabalho social enlaça também, a teoria da intervenção em crise,¹⁹ assim como a teoria centrada em tarefas,²⁰ as quais colaboram para suplementar a intervenção dos assistentes sociais. As designadas teorias têm como objetivo contribuir para aprimorar as capacidades, de forma a avigorarem as suas aptidões para lidarem com os problemas de vida. A intervenção em crise ocorre quando um profissional se encontra com uma pessoa ou família em crise e estas revelam-se vulneráveis e débeis para lidar com os seus dilemas, então o profissional intercede junto dos mesmos, como forma de evitar que se sujeitem à crise. Relativamente ao trabalho centrado em tarefas, este acontece nos problemas, objetivos do cliente e na sua resolução, através de tarefas com o propósito da sua aplicabilidade de período reduzido.

A família proporciona o principal e mais relevante contexto interpessoal para o progresso da criança, tendo as conexões familiares uma grande influência sobre a evolução e

¹⁹ Segundo Payne (2002) a intervenção em crise “(...) é uma técnica geral para trabalhar com os problemas dos clientes.” (Idem; 2002: 145)

²⁰ Tal como refere Payne (2002), “O trabalho centrado em tarefas focaliza-se, essencialmente, em categorias definidas de problemas”. (Idem; 2002:143)

qualidade de vida. Mas nem todas as crianças são possuidoras de uma família presente, por isso, muitas das vezes, é no JI que são construídas essas relações interpessoais.

“O impacto negativo da pobreza na criança e na vida familiar em geral remete para as questões de nutrição, cuidados médicos e condições de habitabilidade que podem gerar problemas físicos, emocionais, comportamentais e quebras ao nível do desempenho escolar.” (McLeod & Shanahan, 1993 cit. in Bennet & Grimley, 2001)

Relativamente à legislação do pré-escolar, esta, institui como primórdio geral que:

“A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário”. (Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro)

Os objetivos e o princípio geral resultantes desta legislação, anunciados na planificação das Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE, Despacho N.º 5220/97, de 10 de julho), enquadrados na Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, que compõem um combinado de princípios gerais de auxílio ao educador na apreensão de resoluções sobre a sua utilização, ou seja, no rumo do sistema educativo a revigorar com as crianças.

“A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.” (Lei N.º 5/97, de 10 de fevereiro)

Esta legislação elucida também os objetivos relacionados com o progresso sócio-emocional e intelectual das crianças, prevenindo para a sua evolução social e peculiar na perspetiva da educação para a cidadania, estimulando a sua inclusão em grupos sociais diferentes e na consideração pela multiplicidade das culturas auxiliando um crescente conhecimento da sua função como componente da comunidade. Explicita, também, o desenrolamento universal da criança, como um ser pessoal, introduzido numa sociedade, inculcando-lhe condutas que beneficiem discências consideráveis, diferenciadas e que desenvolvam a sua expressividade e a sua comunicação.

Um dos objetivos desta Lei, é cooperar para a igualdade de oportunidades no ingresso à escola e para o sucesso da aprendizagem, bem como, para a despistagem precoce de inadequações, deficiências e precocidades, progredindo numa melhor diretriz e rumo da criança. Também pretende incitar a participação das famílias no sistema educativo e instituir

ligações de cooperação com a sociedade, exibindo assim a relevância desta educação no combate às dissemelhanças sociais e na igualdade de ensejos.

Para que haja adequação pedagógica a nível do trabalho que se realiza no JI, torna-se fundamental que o educador de infância, juntamente com outros técnicos, tenha como função promover ambientes ricos em várias situações, oportunidades, desafios, meios de agir e interagir, capazes de promover experiências diversificadas, que proporcionem situações de aprendizagem e de desenvolvimento.

2. Objetivos gerais e específicos

A elucidação dos objetivos altera-se segundo a essência do projeto. Para Fernandes (2003), nos objetivos da investigação, cabe identificar claramente o problema e ostentar a sua delimitação. O objetivo geral elucida o que o investigador pretende atingir com a sua pesquisa. Os objetivos específicos, definem etapas do trabalho a serem efetuadas para que se obtenha o objetivo geral.

O projeto “Prevenir pelo bem-estar social da infância” tem como objetivos gerais a promoção dos direitos e a proteção das crianças e das suas famílias através de ações de informação e formação e acompanhamento educativo, social, médico e psicológico, assim como o progresso de aptidões das famílias para uma aquisição de competências que levem à diminuição de riscos e dos seus próprios problemas, no sentido de promover o seu bem-estar social.

Este projeto tem como objetivos específicos desenvolver um programa usando os expedientes presentes na sociedade ou seja, circundando os serviços de educação, segurança social e saúde; fornecer aos técnicos formação necessária e auxílio de monitorização; implementar e aperfeiçoar uma intervenção unificada na família; edificar ligações de confiança com as crianças e as famílias; criar hábitos de higiene pessoal e habitacional e prática de uma nutrição equilibrada; promover a atividade lúdica e construtiva como opção de estilo de vida saudável e progredir na inclusão e reinserção das crianças no seio familiar.

Durante o ano letivo 2020/2021 serão desenvolvidas várias ações a fim de apaziguar as várias problemáticas.

3. População – alvo

A intervenção e a ação estão essencialmente direcionadas para as crianças (dos quatro meses aos seis anos) e para as suas respetivas famílias, que frequentam a instituição “Sol”.

Apesar de ser uma instituição social, situada num território precário, - bairro da Bela Vista (Setúbal) - o jardim de infância, acolhe todo o tipo de crianças, cujas famílias, possuem diferentes classes económicas, dando especial prioridade às mais carenciadas.

A preocupação fundamental, reside no progressivo fenómeno de pobreza em que as crianças se encontram, devido à carência económica das respetivas famílias; na pouca formação e qualificação das famílias; no elevado índice de desemprego das famílias; nas famílias desestruturadas; em famílias com apoio do RSI; no acompanhamento educativo que a família presta à criança e nas competências que as famílias possuem. São estes, os públicos-alvo que se pretende apoiar, criar novos percursos e trajetórias de vida.

Segundo as orientações curriculares para a educação pré-escolar, “cada criança tem uma família - pais ou seus substitutos-que é diferente - composição, característico sócio - económicas e culturais” (Ministério da Educação,1997, p.32). Contudo é essencial sumariar e avaliar a informação recolhida sobre as famílias das crianças da instituição “Sol”, com o objetivo de compreender o seu meio ambiente dentro e fora do contexto escolar, entendendo o nível socioeconómico e cultural que as rodeia, uma vez que a evolução da criança está fortemente dependente da ligação, inclusão e interação empreendedora com o meio que a rodeia.

4. Ações a desenvolver

Para a execução do projeto, “Prevenir pelo bem-estar social da infância”, utiliza-se geralmente a “técnica de Gantt”. Retirado do livro mapa – manual de planeamento e avaliação de projetos.²¹

A monitorização do projeto torna-se mais compreensível, no sentido de que os compromentimentos ficam visivelmente explanados.

²¹ O plano operacional (de implementação) Gantt constitui um meio eficaz e habitualmente utilizado de atingir uma visão geral da calendarização, das relações entre as atividades, dos responsáveis por elas e dos recursos de que elas necessitam.

O plano operante enquadra-se, naturalmente, na matriz de emolduramento racional, apesar da configuração Gantt ter sido produzida para a constituição de métodos industriais complexos. Apresenta uma versão amplificada e igualmente meticulosa do nível inferior da matriz de enquadramento coerente.

Na tabela em baixo, apresento as ações propostas, que podem ser desenvolvidas no JI “Sol”.

Tabela nº 3 – Ações a desenvolver no JI “Sol”

Ações / Descrição	Calendário (Meses) Ano letivo 2020/2021	Recursos Humanos	Recursos Materiais	Custos (por unidade)	Organização Responsável	Pessoa Responsável	Reltados Esperados
“Envolve-te” - Tem como objetivo promover sessões de comunicação entre os pais, o jardim de infância e os conselhos municipais. Aqui, são oferecidas palestras e orientações, com o intuito de fortalecer vínculos bem como, acompanhar as crianças e as suas famílias na instituição.	setembro/ outubro/ novembro	Famílias Crianças Técnicos do JI Assistente social Técnicos dos conselhos municipais	Sala Mesas Cadeiras Folhas brancas Canetas Retroprojektor Computador	53.54€ 14.65€ 6.64€ (resma de papel) 0.30€ 249.99€ 399.00€	Projeto “Prevenir pelo bem-estar social da infância”	Assistente social	1 ano
“Acompanhamento familiar” – Intervenção direcionada para as famílias; fortalecer competências pessoais e sociais no exercício da parentalidade e criar redes formais e informais de auxílio à família.	dezembro/ janeiro	Família Técnicos do JI Assistente social Psicólogo	Sala Mesas Cadeiras Folhas brancas Canetas Retroprojektor Computador	53.54€ 14.65€ 6.64€ (resma de papel) 0.30€ 249.99€ 399,00€	Projeto “Prevenir pelo bem-estar social da infância”	Assistente social Educadores de infância Psicólogo	1 ano
“Violência” – Refletir sobre o tema violência; apresentar uma situação/problema e discussão do mes-	Durante o ano letivo 2020/2021	Assistente social Famílias Técnicos do JI	Sala Mesas Cadeiras Folhas brancas Canetas	53.54€ 14.65€ 6.64€ (resma de papel) 0.30€	Projeto “Prevenir pelo bem-estar social da infância”	Assistente social	1 ano

mo e de uma possível solução; promover dinâmicas que possibilitem a melhoria das relações entre as crianças.							
“Práticas para a cidadania” - Consiste no trabalho com crianças em atividades culturais no exterior e em sala, de sensibilização para o conhecimento, que propiciem a essas crianças uma prática social para a cidadania e o respeito.	fevereiro/ março	Assistente social Crianças Técnicos do JI	Sala Mesas Cadeiras Folhas brancas Autocarro (Visitas de estudo)	53.54€ 14.65€ 6.64€ (resma de papel)	Projeto “Prevenir pelo bem-estar social da infância”	Assistente social	1 ano
“Pela sua Saúde” – Sessões teóricas e de prática simulada para as famílias sobre o desenvolvimento da criança; a função do adulto no papel educativo e estilos de vida saudáveis. Incentivar as crianças a ter hábitos de vida saudáveis.	abril/ maio	Enfermeiro/a Nutricionista Famílias Crianças Assistente social	Sala Mesas Cadeiras Folhas brancas Canetas Retroprojektor Computador	53.54€ 14.65€ 6.64€ (resma de papel) 0.30€ 249.99€ 399,00€	Projeto “Prevenir pelo bem-estar social da infância”	Educadores de infância Assistente social	1 ano
“Espaço Solidário” - Criar uma rede de cooperação, que consinta em adquirir vestuário e bens alimentares, para as famílias mais carenciadas do JI.	Durante o ano letivo 2020/2021	Famílias Técnicos do JI Assistente Social	Sala/ Espaço acolhedor para atendimento e armazenamento dos bens angariados		Projeto “Prevenir pelo bem-estar social da infância”	Técnicos do JI Assistente social	1 ano
“Empregabilidade” – Apoiar e informar as famílias sobre oportunidades de emprego e formação profissional, através da articulação com empresas e redes de empregabilidade.	Durante o ano letivo 2020/2021	Instituições de parceria Empresas Assistente social Famílias	Sala Mesas Cadeiras Folhas brancas Canetas Retroprojektor Computador	53.54€ 14.65€ 6.64€ (resma de papel) 0.30€ 249.99€ 399.00€	Projeto “Prevenir pelo bem-estar social da infância”	Parcerias Assistente social	1 ano

O orçamento geral do projeto encontra-se no valor de 1742.28€.

Fenómenos como pobreza, desemprego e exclusão social, desencadeiam situações problemáticas na educação de infância, negligência e desestruturação familiar. Paralelamente, verifica-se a insuficiência de respostas sociais para os problemas detetados. Assim, e no sentido de alcançar os objetivos propostos, o projeto “Prevenir pelo bem-estar social da infância”, definiu um conjunto de ações estratégicas para minorizar as consequências desta problemática.

5. Metodologia: métodos e técnicas

A metodologia estuda métodos aplicados numa determinada área para a produção de um melhor conhecimento.

Uma vez que a investigação não se expõe como uma mera sequela de métodos e técnicas estereotipadas, e que a seleção, a elaboração e a organização dos processos de trabalho varia consoante as investigações, optei por escolher os métodos qualitativos como configuração de pesquisa e análise para a concretização da investigação do trabalho de projeto.

A investigação qualitativa tem como principal objetivo compreender o fenómeno que observa, sendo que os seus objetivos fundamentais são a observação, a explanação, a compreensão e a sua interpretação.

Segundo os autores Bogdan & Biklen (1994, p.48) a metodologia qualitativa possibilita-nos à compreensão e à melhor interpretação dos factos intrínsecos da pesquisa.

É também de salientar que a metodologia colaborativa, acompanha as ações do projeto. Este método baseia-se na aprendizagem, focada no diálogo, na troca de informação e na cooperação, dando relevância à aprendizagem em grupo.

Esta metodologia tem como objetivo definir estratégias, ajustando competências a serem trabalhadas, de forma empreendedora, proporcionando a interação entre o grupo e estabelecendo conexões entre pessoas e ideias, de modo a obter melhores resultados.

O universo é formado por todo o conjunto que se quer estudar, de acordo com Bravo (2003), enquanto que a amostragem faz parte da intervenção que consiste em retrainir um certo número de elementos, ou seja, uma amostra de um conjunto de constituintes que se pretende investigar.

No que toca à população alvo em estudo, esta consiste nas crianças e nas suas famílias que frequentam o jardim de infância “Sol”, situado no bairro da Bela Vista em Setúbal, contudo e uma vez que o estudo foi realizado num infantário, a população acessível desta

investigação diz respeito a um número total de 135 crianças, sendo que apenas serão analisados os casos de crianças cujas famílias têm dificuldades a vários níveis.

Quanto à amostra, e tendo conhecimento que o J.I conta com o apoio da A.S do centro de intervenção comunitária, sempre que há situações problemáticas, o principal objetivo é o de verificar se o jardim de infância é realmente um campo de intervenção para o AS.

O estudo foi realizado num contexto de vida real e apoia-se numa situação individual. Esta análise concentra-se somente num objeto de estudo, tentando investigá-lo detalhadamente e solicita, de algum modo, encontrar problemáticas e pontos fracos na instituição referida anteriormente, para, assim, poder sugerir novas hipóteses de intervenção.

As técnicas de investigação aplicadas para o presente trabalho foram as entrevistas, o estudo descritivo simples e a análise documental. Deste modo, este tipo de estudo possibilita definir parâmetros de uma população, nomeadamente proporções, médias, entre outras coisas.

O estudo descritivo simples tem a singularidade de ser sempre o primeiro passo na pesquisa, pois dele costumam nascer hipóteses que podem ser empregues em estudos mais aprofundados.

Um dos principais objetivos da pesquisa descritiva, inclui a observação, o registo, a análise e a correlação de fenómenos sem interferir no ambiente investigado.

“A realização de entrevistas constitui uma das técnicas de recolha de dados mais frequentes na investigação naturalista, e consiste numa interação verbal entre o entrevistador e o respondente, em situação de face a face ou por intermédio do telefone”. (Afonso, 2005, p.97)

Contudo, a utilização da análise documental é destacada no instante em que podemos constituir conhecimentos que se encontram disseminados, dando-lhe uma nova pertinência como fonte de referendo.

Relativamente à pesquisa e análise documental, esta prática foi utilizada na investigação planificada a partir de documentos já publicados e também através de materiais que não receberam trato analítico ou que puderam ser recuperados conforme os objetivos da investigação. Optei pelo uso desta técnica para alicerçar toda a parte teórica produzida neste projeto, ou seja, para a fundamentação e composição de todos os conceitos aqui abordados.

O método escolhido para o projeto foi a investigação-ação. São vários os significados existentes para o conceito de investigação-ação, no entanto, considero que o seguinte autor esclarece este conceito de uma forma clara e que sintetiza:

“Investigação-acção, um processo reflexivo que caracteriza uma investigação numa determinada área problemática cuja prática se deseja aperfeiçoar ou aumentar a sua compreensão pessoal” (McKerman, in Máximo-Esteves, 2008, p. 20).

Como mencionam Oliveira e Cardoso (2009), o método de investigação-ação não acompanha um trajeto linear. Na verdade, este tipo de metodologia possibilita a concretização de um combinado de fases (ciclos), que se desenvolvem continuamente numa sequela em espiral de planeamento – ação – observação – reflexão, e circunda a execução de vários ciclos quanto aqueles que sejam essenciais para obter as mutações desejadas ou a melhoria dos resultados.

Foi fundamental adquirir perspetivas distintas e várias fontes para tornar este trabalho de projeto mais fiável. Para dominar o campo de pesquisa recorri a diversos artigos científicos, livros, material disponibilizado na internet e bibliografias para efetuar uma análise teórica do tema e sobre a sua pertinência. Beneficiei do contacto direto com os intervenientes do JI “Sol”, de modo a criar confiança para poder recolher conteúdos pertinentes e diversificados, pretendendo a cooperação de todos os envolvidos no estudo, na identificação e resolução de situações problemáticas.

Contudo, para criar as distintas atividades envolvidas no proceder qualitativo é imprescindível distingui-las, tal como podemos observar a imagem nº 3, mencionada em baixo.

Imagem nº 3 – Componentes de um modelo interativo de análise de dados



Fonte: M.B. Miles e A. Huberman, 1984, p.23, citado por Digneffe et al. 2005, p.124

“(…) um conhecimento que vá além da aparência imediata e que vá além da sua utilização direta, que não seja meramente instrumental – requer-se, portanto, um espírito científico que apreenda os fatos, fenómenos, processos e práticas a partir da função que desempenham na estrutura, conjuntura e contextos histórico-sociais e na inter-relação entre universal/particular/singular, ou seja, do ponto de vista da totalidade.” (Guerra, 1997, p.59)

6. Resultados a atingir

Na sociedade contemporânea, o Serviço Social tem como objeto de intervenção as variadas manifestações da questão social. Este recorre às ferramentas multidisciplinares, para o estudo e intervenção das distintas refrações da questão social, combatendo assim as dissemelhanças sociais presentes, pois o Serviço Social labora por uma sociedade mais inclusiva, justa e equitativa.

Pode-se então afirmar que as origens do SS enraízam em ideias humanitárias e democratas. A sua prática concentra-se, desde o seu início, na satisfação de carecimentos humanos e no progresso do seu potencial e expedientes humanos.

Os assistentes sociais, bem como está presente na proposta de diploma, do Estatuto Legal da Carreira dos Assistentes Sociais (2003), tanto na sua formação, como no seu desempenho, estão especificamente dispostos para fortalecer procederes de intervenção social instituídos em competências como a negociação, a articulação, a interação institucional estável, a mediação entre serviços e cidadãos, que se restringem pela escassez de potencializar expedientes e cubagens. Contudo, os assistentes sociais são potenciadores da alteração na comunidade e igualmente em contextos de vida dos cidadãos, famílias e comunidades com quem laboram, estando subentendido um conjunto organizado de teorias, práticas e valores.

Os resultados a atingir com este projeto visam originar mudanças através da preposição de respostas a problemas detetados no estudo da investigação, de modo a obter resultados positivos.

A promoção dos direitos das crianças é o grande objetivo da intervenção do projeto, através de ações de informação e formação, acompanhamentos educativos, sociais e médicos, direcionados para as crianças da instituição e suas famílias.

Com a elaboração do projeto, pretende-se, numa perspetiva de educação para a cidadania, promover a evolução pessoal e social da criança, com base em experiências de vida; cooperar para a igualdade de oportunidades no acesso ao jardim de infância, integrando o maior número de crianças num equipamento social; estimular a inclusão da criança em diversos grupos sociais e no respeito pela multiplicidade das culturas; oferecer a cada criança condições de bem-estar e de segurança, no âmbito da saúde pessoal e coletiva; incentivar a participação das famílias no processo educativo e instituir ligações de efetiva colaboração em sociedade.

Pretende-se também, através de uma equipa multidisciplinar, proporcionar e fortalecer a aquisição de competências pessoais, parentais e a participação de agentes do próprio projeto de mutação.

“A relação entre os professores e a família é fundamental e os assistentes sociais são, muitas vezes, os facilitadores desse contato, partilhando informação com os professores de modo a que estes compreendam melhor a criança e fornecendo às famílias informação sobre a escola e (...) sobre o modo como poderão reforçar as competências em casa.” (Bye, 2007)

Procuramos ainda atingir implementação de um combinado de ações que passarão por uma análise de diagnósticos de cada situação, individual, familiar e social, e pela reflexão das situações mais apropriadas à essência de cada caso, conservando sempre que possível a criança no seio familiar ou envolvendo-a na família alargada.

Planifica-se, ao longo de todo o projeto, que a intervenção social seja direcionada para a criança e sua família, conservando os mesmos ambientes em termos estruturais e físicos, fortalecendo um conjunto de procedimentos de informação e formação, beneficiando da interligação e articulação institucional de modo a cooperar para uma ideologia de intervenção mais suportada, capaz de asseverar os direitos da criança no ensino familiar.

Portanto, a intervenção deste projeto convencionou fundamentalmente na elaboração de um diagnóstico multidimensional das complexidades e de uma intervenção personalizada, evitando a sobreposição através da articulação e rentabilização de recursos presentes na sociedade.

Bye (2007), ressalta que a importância do modelo de ligação da família com a escola não se centra apenas nas mudanças que as famílias deverão fazer, mas no modo como a família é considerada, um componente indispensável, ao qual a escola terá igualmente de se adaptar, valorizar e respeitar.

O presente contato com a realidade social local, levará ao desfecho de que é de extrema apropriação e relevância dando prosseguimento à intervenção do projeto “Prevenir pelo bem-estar social da infância”, de modo a solidificar e sedimentar toda a prática desenvolvida, e criar também novas respostas sociais para as problemáticas detetadas, sobre as quais envolveu esta pesquisa. Através dos estudos efetuados, averigua-se que é essencial prosseguir com projetos deste carácter, pois são cada vez mais o número de situações a carecer de acompanhamento.

7. Indicadores de avaliação do projeto - Modelo de avaliação aplicado

A avaliação do projeto deverá ser um momento privilegiado, uma vez que consentirá avaliar os seus efeitos, assim como levar à reformulação das estratégias e objetivos. Só entendendo e observando os procedimentos e os resultados, podemos efetuar melhorias nas intervenções.

“(…) a avaliação não apenas permite verificar os resultados obtidos, constituindo-se em auxiliar precioso de prestação de contas que torna mais transparentes e comparáveis as intervenções e os respectivos méritos, como ainda potencia a capacidade negocial e de participação dos intervenientes e das populações (…)” (Capucha, 2008, p.45)

A avaliação opera também como método de reflexão que consente reconhecer os respetivos erros e sucessos do projeto, proporcionando, desse modo, a avaliação e conceção de modificações no mesmo, para melhorias futuras.

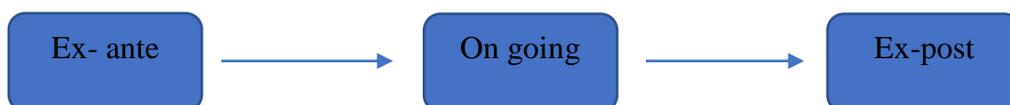
Existem três tipos de avaliação, a avaliação de diagnóstico ou ex-ante (primeira avaliação), a avaliação formativa ou on going (de processo) e a avaliação sumativa ou ex-post (de resultados).

Em relação a avaliação de diagnóstico, este tem como finalidades a aquisição de indícios sobre conhecimentos, competências e interesses, delimitar a disposição dos intervenientes no início de um projeto e determinar as suas competências. É sempre utilizada no início de um projeto, ou seja, é o lançamento do projeto.

Em seguida, é utilizada a avaliação formativa (de processo) é designada pelo acompanhamento do projeto e tem como objetivos obter um feedback relativamente ao progresso do projeto e ao reconhecimento de erros no mesmo, apontando as falhas, aspetos não conseguidos e sobretudo a melhorar. A sua principal utilidade é acompanhar todo o projeto com o objetivo de ser melhorado.

Por último, a avaliação sumativa (de resultados) tem como intenção compreender a distância a que ficou de uma meta que se considerou ser importante a atingir, assim como fazer a classificação final do projeto e analisar os resultados inquiridos, tendo em conta as metas propostas. Para tal, faz-se uma reflexão geral da avaliação formativa e será antevetida a apreciação dos produtos conseguidos nessa mesma avaliação é, então, que se conclui sobre o sucesso ou não do projeto. Esta avaliação em questão é utilizada no final do projeto funcionando como juízo de valor.

Imagem nº 4 - Avaliação



“A avaliação de processos determina a medida em que os componentes de um projeto contribuem ou são incompatíveis com os fins perseguidos. É realizada durante a implementação e, portanto, afeta a organização e as operações. Procura detectar as dificuldades que ocorrem na programação, administração, controle, etc., para serem corrigidas oportunamente, diminuindo os custos derivados da ineficiência. Não é um balanço final, e sim uma avaliação periódica. Diferencia-se da retroalimentação que é uma atividade permanente de revisão, realizada por aqueles que estão implementando o projeto. Sua função central é medir a eficiência de operação do projeto”. (Cohen, 1994)

A materialização de um registo periódico auxiliará todas as ações, demarcando o seu modo e a sua categoria, a fim de perceber como o projeto atingiu o sucesso ambicionado. É significativo que, durante a implementação do projeto hajam anotações cíclicas e uma manutenção exigente de cada situação familiar.

Da avaliação periódica deverão ser recolhidas algumas informações básicas, tais como, a data, o local, o público-alvo e os orientadores das ações; quais os objetivos de cada ação; como se aprimora a atuação do público-alvo sobre a atividade proposta; qual o trabalho concretizado; como decorreu a meditação sobre a atividade; o que o orientador depreende sobre a atividade (se foi materializada e se atingiu os objetivos); qual a opinião do público-alvo sobre a atividade; a síntese da sessão e por fim, quais as previsões futuras.

De um modo geral utiliza-se a observação estruturada, com base num guião e de configuração presencial, são reunidos dados consistentes e registadas observações pertinentes e relevantes para aperfeiçoamento do projeto, sendo a tipologia de avaliação utilizada, a autoavaliação, pois a mesma é realizada pela equipa que a executa, podendo ter apoio externo.

A implementação de um método de avaliação permite elevar o grau de lógica das dinâmicas e normas de ação relacionadas com programas, planos, projetos de intervenção e políticas cooperando ainda para a “satisfação das necessidades básicas da população, priorizando-as segundo os seus graus de urgência relativa” (Cohen e Franco, 1999). Deste modo, um processo de avaliação tem especial ocorrência na melhoria da eficiência das políticas sociais, principalmente através da “consecução do critério aceite como fim, inclusive se este é a equidade” (Cohen e Franco, 1999).

Na conclusão de cada ação do projeto, pretende-se que seja efetuado um relatório final e que o mesmo seja partilhado na instituição onde foi executado e numa página online. Nesse relatório, devem ser abrangidos o diagnóstico e a fundamentação das resoluções tomadas, tal como o método do projeto, a avaliação final e sempre que exequível, deverá abarcar as ideias e testemunhos das pessoas que fizeram parte do mesmo projeto.

Deve, também, ser ostentada uma sinopse do processo, de modo a evidenciar as conclusões e os resultados positivos, assim como apresentar as limitações do mesmo e encerrando com uma análise reflexiva e crítica, com propostas para plausíveis modificações em aplicações futura.

A avaliação deve estar presente em todas as etapas do projeto para que a cada fase atingida sejam detetados pontos fortes e fracos, assim como para que se tenha a asseveração da necessidade, da pertinência e da eventualidade de dar seguimento ao projeto, devendo ser capaz de avaliar não só a mudança sucedida, mas também a permanência dessa renovação ao longo do tempo e o seu grau de compreensão. Além disso, a avaliação deverá ser feita considerando o sistema como um todo, ou seja, devemos avaliar o projeto tendo em conta as dissemelhantes inter-relações existentes na sociedade. Para tal, devemos inicialmente ignorar os limites e observar os resultados e impactos do projeto tanto diretamente como indiretamente.

A avaliação de projetos apresenta-se como um sistema de investigação onde o serviço social assume uma função extremamente significativa, na medida em que consente ao assistente social um questionamento e julgamento da intervenção, assim como as consequências obtidas, levando à aprendizagem e à melhoria de intervenções e projetos futuros.

ANÁLISE CRÍTICA

Após a idealização do projeto, “Prevenir pelo bem-estar social na infância”, considero relevante o trabalho de intervenção junto das crianças e famílias, introduzido numa rede multidisciplinar, num jardim de infância.

Ao longo da nossa trajetória de vida, por vezes, é necessário fazermos um balanço sobre as nossas escolhas e os caminhos que percorremos. Posso desde já afirmar que este trabalho de projeto, é fruto de um longo percurso reflexivo que me permitiu realizar a aquisição de conhecimentos sobre a temática desenvolvida.

Apesar das competências pessoais e parentais percecionadas pelas famílias do JI “Sol”, as fragilidades identificadas afetam a educação, a saúde e o bem-estar das crianças, colocando-as em risco, exigindo a adequação de estratégias que promovam as forças e anulem as carências reconhecidas.

Neste contexto, verifica-se que as famílias têm complexidades em exercer uma parentalidade positiva, pois, por vezes, o comportamento dos pais não respeita os direitos e

interesses da criança. Para combater este dilema, surgiram as ações de cariz social, para as crianças e suas famílias, que proporcionam oportunidades de modo a aprimorar os níveis de erudição e as habilidades educativas parentais, de forma a obter efeitos de autoeficácia, no desempenho do exercício parental. Assim, para que as ações sejam executadas junto das famílias, estas terão que passar por todo um sistema de reaprendizagem dos seus cargos parentais.

Neste âmbito, será essencial investir na formação diferenciada em equipas de diferentes áreas de especialidade, pois assumem um papel preeminente e são observadas como um princípio de informação.

Para haver uma intervenção de qualidade é necessário também que haja respostas por parte dos diversos serviços, bem como a contribuição de expedientes que possam subsistir na comunidade para cerrar os carecimentos atuais, sendo que também é de extrema relevância que os profissionais tenham sempre presente que cada criança, e sua família, têm uma experiência de vida dissemelhante ou um combinado de experiências que podem afetar de forma positiva ou negativa a sua evolução.

Este projeto, tem um impacto, a nível social, na vida das famílias e essencialmente na vida das crianças que frequentam a instituição, tendo como objetivo contribuir para o desenvolvimento da cidadania das crianças, de torná-las mais fortes e sem rótulos e no apoio à autoconfiança das suas famílias e a outros prestadores de cuidados, que de algum modo têm um efeito direto no seu progresso.

Assim, entre pais e técnicos do Serviço Social é fundamental que se institua uma relação recíproca de segurança, respeito e entendimento. É de extrema importância, que as famílias considerem a troca de impressões e críticas face ao auxílio, como um facto deliberativo de todo o procedimento. Em suma, considera-se crucial o trabalho em rede e parceria entre profissionais e serviços, bem como, com as famílias, só sendo este exequível com suporte no respeito mútuo e de modo a que cada um tenha o seu papel bem delimitado.

Neste sentido, conclui-se que tendo em conta que as famílias acarretam situações de pobreza, então a pobreza pode ser refletida como um problema ambiental crítico, porque afeta o desenrolamento e o bem-estar da criança, resultando do desemprego que abrange muitas das famílias do estudo efetuado.

A pouca presença de análises comparativas sobre a temática em questão torna mais pertinente e deixa em aberto a necessidade de futuras inquirições nesta temática. Como tal, apresento algumas propostas para futuros trabalhos ou projetos, que considero importantes para esta área do conhecimento. Sugiro que numa futura investigação sejam abordados e

pesquisados dados concretos, junto das próprias famílias com diferentes problemáticas, antes da execução de todas as ações do projeto, de forma a obter dados mais consistentes e uma amostra mais significativa.

“Os assistentes sociais devem reunir os membros da comunidade e as organizações locais para recolher informação, elaborar recomendações, definir questões políticas, num esforço de colocar uma maior ênfase na dimensão política do seu trabalho.” (Wilson, 2007)

Observa-se, nesta medida, que é necessário trabalhar com profissionais, crianças e investigadores, numa perspectiva de extensão do intuito da intervenção do Serviço Social, no seio do jardim de infância, no sentido de que este nomeie o próprio sistema como alvo da sua intervenção propositada.

Assim, o assistente social tende a colaborar no sistema educativo fortificando as práticas de cariz social, como planos e projetos que interligam o processo com a vida social da criança, integrando as ações educativas com o SS.

Em suma, este desenvolvimento proporciona abrir um debate, que está muito distante de se esgotar, neste contexto, no estudo das pesquisas já efetuadas. Expõe-se, particularmente, como uma solicitação e um desafio ao aprofundamento deste fio de investigação em Serviço Social, que possa, simultaneamente, dar visibilidade às práticas presentes, tornando os profissionais mais habilitados, eficientes e assertivos na sua intervenção.

Chegado ao fim deste percurso, resta salientar o crescente enriquecimento pessoal e profissional que este estudo me proporcionou, alargando os meus conhecimentos numa área fundamental na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AA VV (2012), *A Cidade entre Bairros*, Caleidoscópio, Edição e Artes gráficas
- Abrunhosa, Nídia (2015), *O lugar do Serviço Social na sociedade e na sociedade e na educação – Discussão teórica e perspectivas práticas*, Curso em Ciências Sociais para obtenção do grau de Doutoramento, Universidade Fernando Pessoa do Porto
- Almeida, Joana (2010), *Importância da Frequência do Pré-Escolar como Factor de Sucesso à Aprendizagem no 1º Ciclo do Ensino Básico*, Provas no âmbito do 2º Ciclo de Estudos em Necessidades Educativas Especiais – Área de Especialização em Cognição e Motricidade, Instituto Superior de Educação e Ciências
- Almendra, Ondina (2011), *Gestor de caso: mediação ou metodologia em Serviço Social?*, Mestrado em Serviço Social, Instituto Universitário de Lisboa
- Ana Cruz, Fernando Fontes (2003), *Avaliação da satisfação das famílias apoiadas pelo PIIP: Resultados da aplicação da escala ESFIP*, Secretariado Nacional para a Reabilitação das Pessoas com Deficiência
- Baptista, Marta (2013), *Os Pais e Família no Jardim de Infância: Uma Parceria na Construção e Desenvolvimento do Currículo*, Mestrado em Educação Pré-Escolar, Escola Superior de Educação de Portalegre, Instituto Politécnico de Portalegre
- Barbas, Lúcia (2014), *Lar de Infância e Juventude Especializado: O Modelo Terapêutico na Perspetivos Jovens e suas Famílias*, Dissertação de Mestrado Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco, Escola Superior de Educação de Portalegre, Instituto Politécnico de Portalegre
- Borges, Isabel (2010), *Qualidade da parentalidade e bem-estar da criança*, Tese de Mestrado em Psicologia, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação de Coimbra
- Campbell, Donald et al (1969), *Experimental Designs for Research*, Chicago, Rand McNally & Co., III
- Capucha, Luís Manuel Antunes (2008), *Planeamento e Avaliação de Projectos – Guião Prático*, Direção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular
- Carta Social: Rede de Serviços e Equipamentos, Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2017
- Carvalho, Maria (2010), *Do outro lado da cidade. Crianças, socialização e delinquência em bairros de realojamento*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH

Carvalho, Maria Irene de (2018), *Serviço Social em educação*, Pactor

Coelho, Sofia (2005), *Prevenir pela Família: uma experiência de prevenção primária das toxicodependências em meio familiar*, Rumo – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL & Instituto da Droga e da Toxicod dependência

Cruz, S.C e Oliveira, J.L. (2016), "Assistente Sociais na escola: Reflexões sobre as contribuições do Serviço Social para a educação", *Revista Socializando*, citado por Cruz e Medeiros (2013), p.5

Cunha, Vanessa *et al.* (2015), *Impactos da Crise nas Crianças Portuguesas – Indicadores, Políticas Representações*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Coleção Observatórios ICS2

Dias, Maria (2011), *Um olhar sobre a família na perspectiva sistémica - o processo de comunicação no sistema familiar*, Gestão de desenvolvimento

Fernandes, Ernesto *et. all* (2007), *Ética do Serviço Social: declaração de princípios*, APSS

Fernandes, Juliana (2010), "Instituições de Educação Infantil X Culturas Infantis: Uma Possível Aproximação", citado por Sarmiento cite m Delgado e Muller (2006), p.17

Ferreira dos Santos, Maria de Jesus (2017), *A Prática Profissional do Assistente Social em contexto de cuidados de saúde primários infantojuvenis*, Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social, Instituto Superior de Serviço Social do Porto

Ferreira, Jorge (2011), *Serviço Social e Modelos de Bem-Estar para a Infância: modus Operandi do Assistente Social na Promoção na Promoção da Proteção à Criança e à Família*, Quid Juris – Sociedade Editora Ld^a

Freire, Ilda, (2011), *Cidadania da criança: escola e sociedade como palcos de participação*, EDUSER: revista de educação, Vol 3(2), Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Bragança

Freitas, Ana (2012), *Jogo e Desenvolvimento da Criança: sua relevância na prática*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Instituto de Educação, Lisboa

Ferro, Carla (2012), *Relações entre Fatores de Risco e Necessidades das Famílias*, Instituto Superior de Educação, Coimbra

Gonçalves, Alda e Teresa Costa Pinto (2001), *Os Bairros Sociais Vistos por si Mesmos*, Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE- IUL

- Gronita, Joaquim *et. al* (2017), *E quando atendemos crianças...diferentes*, Fundação Calouste Gulbenkian, Desenvolvimento Humano
- Henriques, Mendo *et. al* (1999), *Educação para a Cidadania*, Plátano Editora Joaquim, Cláudia (2015), *Proteção social, terceiro setor e equipamentos sociais: Que modelo para Portugal?*, Cadernos do Observatório
- Lopes, Susana (2011), *O impacto do PEC nas alterações às medidas de Proteção Social e respostas do Serviço Social*, Mestrado em Serviço Social, Instituto Universitário de Lisboa
- Marcelino, Elisabete (2014), *Trabalho Projeto, Gabinete de Apoio à Criança e Família*, Mestrado em Intervenção Social Escolar, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Castelo Branco
- Madeira, Maria (1996), *A Família e a Protecção Social*, Direcção-Geral da Acção, Social Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, Lisboa
- Marques, Liliana *et. al* (2016), *Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar*, Ministério da Educação
- Martins, Helena (2012), *O agir do assistente social nas equipas de intervenção precoce*, Mestrado em Serviço Social, Instituto Universitário de Lisboa
- Moreira, Marisa (2018), *Mãos que protegem, corações que acolhem o acolhimento de crianças e jovens em Portugal*, Mestre em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social, ISSSP – Instituto Superior de Serviço Social do Porto
- Nozes, Raquel (2018), *A intervenção com famílias de crianças em risco familiar e ambiental*, Dissertação, Curso de segundo ciclo de estudos em educação e proteção de crianças e jovens em risco, Instituto Politécnico de Portalegre
- Piaget, Jean (1986), *O nascimento da inteligência na criança*, Publicações Dom Quixote, Lisboa
- Piaget, Jean (1936), *O nascimento da inteligência da criança*, LTC 4ª Edição
- Projeto de Intervenção Social e Comunitária (2015), Fraterna, RMISG Rosa, Andreia Sofia (2014), *Interações sociais entre pares em creche e jardim-de- infância*, Relatório do Projeto de Investigação Mestrado em Educação Pré-Escolar, Instituto Politécnico de Setúbal
- Rebelo, Fernandez, (2004), *Uma experiência de Intervenção Local (Do Pré- Projeto ao Relatório de Avaliação Final) Sucessos e Insucessos*, Centro de Ocupação Infantil, Instituição Particular de Solidariedade Social

- Rodrigues, Joana (2015), *As relações interpessoais entre crianças em contexto de Creche e de Jardim de Infância*, Relatório do Projeto de Investigação, Mestrado em Educação Pré-Escolar, Instituto Politécnico de Setúbal
- Santos, Marcos (2012), *Texto de Apoio sobre o Diagnóstico em Processo de Intervenção Social e Desenvolvimento Local*, Universidade de Évora
- Santos, Maria (2012), *Intervenção do Serviço Social com famílias, crianças e jovens e perigo integradas em medidas de proteção em meio natural de vida*, Mestrado em Serviço Social, Instituto Universitário de Lisboa
- Santos, Maria (2013), *A organização do ambiente educativo e a aprendizagem*, Ciências da Educação, Universidade Católica Portuguesa, Porto
- Schiefer, Ulrich *et. all* (2006), *Mapa – manual de planeamento e a avaliação de projetos*, Príncipeia, Estoril
- Scriven, Michel (1967), *The Methodology of Evaluation*, In:Stake, Robert E. (ed) AERA Monograph Series on Curriculum Evaluation, n. 1, III Rand McNally, Chicago
- Silva, Filipa *et. al* (2014), *A Investigação-ação no projeto de investigação do mestrado em Educação Pré-escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico*, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal
- Silva, José (2006), *Tecnologia Educativa, Teoria Geral dos Sistemas e Teoria da Comunicação: uma simbiose perfeita*, Instituto Politécnico da Guarda
- Tomás, Catarina (2015), *Pensar a Educação de Infância e os seus contextos*, Caderno de Educação de Infância nº 105
- Veiga, Carlota (2014), *O Estado e a Família: As Políticas de Apoio à Família e o Familismo como fatores de sustentabilidade do Estado-providência português*, Mestrado em Ciência Política, Instituto Universitário de Lisboa

FONTES

- UNICEF. (1989), A Convenção sobre os Direitos da Criança
Disponível em: https://www.unicef.pt/media/1206/0-convencao_direitos_crianca2004.pdf (Consultado em 09 de fevereiro de 2019, pelas 11h12)

Lei de Protecção da Infância- Comissão Nacional de Protecção

Disponível em: http://www.seg-social.pt/documents/10152/13588/lei_proteccao_infancia/955222e6-dcab-4fe1-b0f5-82d0c9bc40e9 (Consultado em 10 de fevereiro de 2019, pelas 16h42)

Lei nº. 28/84 - Lei de Bases da Segurança Social, de 14 de agosto de 1984

Disponível em:

<https://dre.pt/pesquisaavancada//asearch/382393/details/maximized?search=Pesquisar&sortOrder=ASC&tipo=%22Lei%22&types=SERIEI&numero=28%2F84> (Consultado em 23 de fevereiro de 2019, pelas 15h06)

Vasconcelos, Teresa (1997), “Legislação – Educação Pré-Escolar”, Ministério da Educação

Declaração Universal dos Direitos Humanos, (1948, dezembro 10)

Disponível em: <http://dre.pt/comum/html/legis/dudh.html> (Consultado em 3 de maio de 2019 pelas 18h50)

BIBLIOGRAFIA WEB

AO, DCEA (2007), *Relatório – Diagnóstico Sintético do Bairro da Bela Vista*, Câmara Municipal de Setúbal

Disponível em: [http://www.Diagnostico_Sintetico_Bairro_Bela_Vista_-_agosto_2007%20\(2\).pdf](http://www.Diagnostico_Sintetico_Bairro_Bela_Vista_-_agosto_2007%20(2).pdf) (consultado em 15 de janeiro de 2019, pelas 14h12).

Câmara Municipal de Setúbal (2012), *Programa Integrado de Participação e Desenvolvimento da Bela Vista e Zona Envolvente – Documento Orientador*

Disponível em: <https://www.mun-setubal.pt/wp-content/uploads/2018/07/Nosso-Bairro-Nossa-Cidade-Documento-orientador.pdf> (consultado em 15 de janeiro de 2019, pelas 19h52).

Lameiras, Andreia (2015), *Modelos de Intervenção do Serviço Social*

Disponível em: <https://servicosocial.pt/modelos-de-intervencao-do-servico-social/> (consultado em 20 de janeiro pelas 14h23).

Segurança Social (2017), *Compromisso de Cooperação para o sector social solidário – Protocolo para o Biénio – 2017-2018*, Ministério da Educação, do Trabalho, Solidariedade, Segurança Social, Saúde, União das Misericórdias Portuguesas, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, União das Mutualidades Portuguesas

Disponível em: http://cnis.pt/wp-content/uploads/2015/09/Protocolo-de-compromisso-2017-2018_3-maio-2017.pdf (consultado em 20 de janeiro de 2019, pelas 18h36).

Programa para a Consolidação da Vida Profissional, Pessoal e Familiar, *3 em Linha*

Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=2b472cb7-980b-4d69-b744-366020d7e873> (consultado em 26 de março de 2019, pelas 19h42).

Pordata, Alunos matriculados no ensino pré-escolar: total e por subsistema de ensino (2001-2017)

Disponível em:

<https://www.pordata.pt/Municipios/Alunos+matriculados+no+ensino+pr%C3%A9+escolar+total+e+por+subsistema+de+ensino-171> (Consultado em 06 de abril de 2019, pelas 16h34).

Guia Prático, *Apoios Sociais – Crianças e Jovens*, Instituto da Segurança Social, I.P. (2017)

Disponível em:

http://www.segsocial.pt/documents/10152/33589/N35_A_apoios_sociais_crianças_jovens/37504816-7ca5-4ea0-8197-e29524b380cf (Consultado em 6 de abril de 2019, pelas 18h48).

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), *Taxa real de pré-escolarização, por NUTS I e II (2000/01; 2016/17)*, Educação Pré-Escolar

Disponível em: http://w3.dgeec.mec.pt/dse/eef/indicadores/Indicador_2_4.asp (Consultado em 07 de abril, pelas 21h42).

Pordata, *Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos*, NUTS

Disponível em: <https://www.pordata.pt/O+que+sao+NUTS> (Consultado em 07 de abril, pelas 22h25).

Síntese de informação estatística da Segurança Social, *Nº de Titulares do Abono de Família*

Disponível em: <http://www.seg-social.pt/documents/10152/1864931/Sintese+201903/deff89b0-60a5-4fee-853a-98dbc63b63c7> (Consultado em 13 de abril de 2019 pelas 10h40).

Estatuto Legal da Carreira dos Assistentes Sociais - *Proposta de Diploma*, (2003, fevereiro)

Disponível em: www.cpihts.com/2003_07_06/Prop_Estatuto_legal.htm (Consultado em 27 de abril de 2019 pelas 20h16).

Código de Ética da Associação Nacional de Assistentes Sociais (NASW), (1999)

Disponível em: www.cpihts.com/Library/código.htm (Consultado em 27 de abril de 2019 pelas 22h15).

Relatório Preparatório – Educação Pré-Escolar

Disponível em:

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EInfancia/documentos/early_childhood_education_and_care_policy_in_portugal_report_pt02.pdf (Consultado em 19 de julho de 2019 pelas 21h10).

ANEXOS

Anexo 1

Imagem – Atividades propostas numa sala de jardim de infância

NOME DO PROJETO/ATIVIDADE Desenho de um grande elefante.

DOMÍNIO DA INTERAÇÃO	DOMÍNIO DA COMUNICAÇÃO	DOMÍNIO DA MOBILIDADE
<ul style="list-style-type: none">• Promover o desenvolvimento da criatividade e imaginação através das expressões• Exploração de novas motricidades• Desenvolver e expressar plástica	<ul style="list-style-type: none">• Estimular e adquirir de novo vocabulário• Utilizar de diversas motricidades compreendendo as suas possibilidades de expressão e comunicação.	<ul style="list-style-type: none">• Manipular materiais e objectos.• Desenvolver e consolidar motricidade fina e grossa.

Anexo 2

Imagem – Atividades propostas numa sala de jardim de infância

RECURSOS	ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA/ATIVIDADE
<ul style="list-style-type: none">• fotocópia com o desenho de um guarda chuva• folhas azuis• papel crepe: - Rosa<ul style="list-style-type: none">- amarelo- verde- vermelho- laranja• estornutes (cortados ao meio)• cola UHU.	<p>Após a elaboração dos bolinhos de papel crepe pelas crianças, serão colocados em cima de mesa todas as materiais necessários à realização do trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none">• bolinhos de papel crepe de várias cores• estornutes (cortados ao meio)• cola UHU. <p>Cada criança irá decorer o guarda chuva com os bolinhos de papel de várias cores e posteriormente montar o guarda chuva com os estornutes.</p>

Anexo 3

Imagem – Atividades propostas numa sala de jardim de infância

NOME DO PROJETO/ATIVIDADE Desenho do círculo de cor Imagem. Esboços de móveis e chuva como material reciclado.

DOMÍNIO DA INTERAÇÃO	DOMÍNIO DA COMUNICAÇÃO	DOMÍNIO DA MOBILIDADE
<ul style="list-style-type: none">• trabalhar noção de limites• Estimular a criatividade e a imaginação• trabalhar o tempo e a concentração	<ul style="list-style-type: none">• Desenvolver a comunicação e a linguagem• Ter noção de cima/baixo, frente/verso....• Relembrar os estímulos do meio	<p>Aperfeiçoar a motricidade fina</p>

Anexo 4

Guião da entrevista exploratória

Eu, Ana Catarina Pereira Cruz, aluna de Mestrado em Serviço Social no ISCTE – IUL encontro-me a realizar uma pesquisa sobre o tema “Jardim de Infância: será um campo de intervenção do Assistente Social?”, sob orientação do Professor Doutor Jorge Ferreira.

Assim, solicito a vossa colaboração e disponibilização na realização da entrevista exploratória, de forma, a concretizar este trabalho de pesquisa, assegurando o anonimato e confidencialidade das informações recolhidas.

Código: _____

1ª Pergunta – Boa tarde, para começar, gostaria que me falasse um pouco sobre o jardim de infância.

- A sua constituição?
- Quais os objetivos?
- Que tipo de crianças são acolhidas pelo jardim de infância?

2ª Pergunta - Que tipo de atividades são promovidas para o desenvolvimento de competências das crianças/ das famílias?

3ª Pergunta – Qual o processo metodológico presente na instituição?

4ª Pergunta – Na sua experiência profissional, acha importante o apoio prestado pela família, contribuindo para o bem-estar social da criança?

Qual o papel e importância dos técnicos de jardim de infância neste processo metodológico?

5ª Pergunta – Quando é detetado um problema (carência/necessidade) numa criança como é feito o diagnóstico?

6ª Pergunta – Por último, qual a sua opinião sobre a profissão de Assistente Social nesta área? Concorda que devia haver um Assistente Social em cada instituição de jardim de infância?

Obrigada.

Anexo 5

Análise das Entrevistas

Entrevista Nº 1

Pergunta 1	<p>“O CIC é uma valência que tem duas áreas principais: uma área de intervenção social (atendimento às famílias do bairro e dos bairros circundantes- famílias com carência económica; geograficamente estamos divididos por zonas) e uma área de atendimento social; temos também a área de animação, com duas animadoras que fazem atividades para criança, jovens e adultos.</p> <p>Por vezes acompanhamos uma família e conseguimos ter prioridade na integração da criança no jardim de infância “Sol”.”</p>
Pergunta 4	<p>“Sim, o apoio prestado pela família é importante, as educadoras tentam perceber até que ponto os pais vão às reuniões. O educador vai falando com os pais nas reuniões, ou de forma informal, quando vem entregar ou buscar a criança. Já fizemos atendimento conjunto, quando surgiu um assunto mais preocupante.”</p>
Pergunta 5	<p>“Apesar de não ser essa a minha função na instituição, mas como me encontro nas mesmas instalações, se as colegas estão desconfiadas de alguma coisa e ficam preocupadas, elas pedem apoio. Ainda há poucos dias uma colega estava muito preocupada porque percebeu que a criança estava a faltar ao infantário, a mãe foi tentar justificar o porquê de a criança estar a faltar e a colega percebeu que a criança estava em casa com febre e a mãe não tinha possibilidades para comprar o medicamento. Encaminhou se a mãe da criança para o centro de saúde.</p> <p>Possivelmente a educadora vai pedir uma avaliação de intervenção precoce na criança.</p> <p>Houve outro caso no JI, com uma criança</p>

	<p>que se notava que tinha dificuldade na visão, então a família foi com a criança a uma consulta, mas como há um despiste na consulta anterior à entrada do primeiro ciclo, não foi muito valorizado, mas continuava-se a perceber que a criança tinha grandes problemas na visão. Conseguiu-se uma consulta médica, onde verificou-se que a criança tinha 0.7 de miopia, e quem se disponibilizou para ir à consulta com a criança foi a auxiliar da sala.</p> <p>Uma vez, fiz uma visita domiciliária a essa mesma família e apercebi-me que a criança estava com os olhos em cima da televisão. A sala não tinha móveis, só tinha uma televisão e uma cadeira e a criança tinha a cadeira muito perto da televisão. A família foi intervencionada, num projeto relacionado com a habitação e recebeu móveis da sala e um sofá. A questão era sabermos até que ponto a criança foi habituada a ver televisão naquela cadeira e até que ponto o sofá iria ser realmente utilizado. Foi, mais uma vez, a auxiliar que se disponibilizou para ir a uma nova consulta com a criança. Enquanto a educadora ficou sozinha com o resto das crianças da sala.”</p>
<p>Pergunta 6</p>	<p>“Acho muito importante a intervenção do AS, principalmente em famílias com carência económica e que necessitam de intervenção a nível social. Se calhar noutras famílias pode haver a necessidade de intervenção social... posso lhe dar um exemplo, não no JI, mas a situação dos emigrantes, eu tenho acompanhado uma família específica, em que o senhor tem subsistência, tem uma vida organizada, então mandou vir a família toda... recorreu à instituição, não para pedir apoio económico mas para pôr os filhos na escola e terem acesso à saúde. Uma das filhas, com nove anos, continua sem estar integrada, não possuía documento do país de origem.. Nestas áreas precisam de apoio e acompanhamento. No JI por vezes as famílias precisam de apoio a nível social.”</p>

Entrevista Nº 2

Pergunta 1	<p>“Esta instituição é um dos cinco equipamentos da Cáritas Diocesana de Setúbal.</p> <p>A Cáritas é um organismo da igreja católica, sendo o chefe máximo, o bispo de Setúbal. Este é o maior equipamento dos 5:</p> <ul style="list-style-type: none">- Centro Social de Nossa Senhora da Paz;- Creche, jardim de infância e atl – “O Cogumelo”;- Centro de Acolhimento - crianças em situação de risco;- Centro Social de S. Pedro, em Cajados (apoio a famílias do meio rural);- Centro Social de S. Francisco Xavier-sede- dá apoio a sem-abrigo e doentes de HIV. <p>No Centro Social de Nossa Senhora da Paz, a instituição “Sol”, possui 63 funcionários- e é constituída por uma creche e um pré-escolar; fazem parte deste centro social também, o centro de intervenção comunitário; o centro de apoio à vida, o centro de dia e apoio domiciliário. No JI existem crianças entre os 4 meses e os 6 anos.</p> <p>Os objetivos são iguais a todas as outras instituições de apoio à infância. A única questão é que temos um público diferente, algumas limitações, um público com uma taxa de desemprego muito elevada, com carência em diversas áreas e temos tido um grande trabalho ao longo dos anos que tem dado frutos, envolvendo cada vez mais as famílias no nosso trabalho.</p> <p>As crianças não são todas do bairro, nem queremos que isto se transforme num gueto. Temos crianças maioritariamente do bairro, pela localização.</p> <p>Havendo uma vaga, nós damos prioridade às crianças mais carenciadas</p> <p>Acolher os que mais precisam é o objetivo principal da instituição.</p> <p>Inicialmente as famílias queriam pôr as crianças aqui por 3 objetivos: porque nós</p>
------------	---

	<p>lhe dávamos almoço, porque elas faziam a sesta e porque não estavam sozinhas na rua, a parte das competências para os pais não era importante.</p> <p>Foi um trabalho muito duro e persistente, trazer as famílias à instituição, para tentarem perceber o trabalho que é feito, as competências que vão adquirindo com o passar do tempo, quais as dificuldades que tem e o que nós e as famílias possamos interferir para ultrapassar essas dificuldades, tentando puxá-los cá para dentro.</p> <p>Nós aqui não fazemos só os cuidados básicos, pelo contrário, fazemos tudo o que as outras instituições fazem, o desenvolvimento da criança, a criança sair daqui com todas as bases, com algumas competências para que as aprendizagens do 1º ciclo sejam feitas de forma tranquila e com sucesso.”</p>
Pergunta 2	<p>“Fazemos muitos convívios com as famílias, no dia do pai, no dia da mãe... chamámos as famílias para descerem ao nível das crianças, fazerem uma atividade de pintura, de construção, coisas que fazem no dia a dia, mas desta vez com o pai ou com a mãe. No fim apresentaram para ver o resultado dos pais</p> <p>Algumas famílias costumam aderir nas atividades propostas.</p> <p>No fim da reunião de pais temos sempre uma atividade</p> <p>Fazemos também atividades na altura do Natal e na altura da Páscoa – Instituição católica.</p> <p>Há também mini-projectos que cada sala faz - exemplo - docinho típico- famílias africanas-dar importância àquela cultura.”</p>
Pergunta 3	<p>“Cada educadora trabalha de acordo com as suas convicções, não temos nada a nível de orientação. Todas elas trabalham tendo por base o grupo de crianças de cada ano. Em Setembro / Outubro é feito o diagnóstico do grupo de crianças e tentamos perceber quais são as dificuldades ou as lacunas existentes naquele grupo e é aí que cada educadora pega e trabalha à</p>

	<p>sua maneira desenvolvendo os objetivos para que aquele grupo consiga progredir, tendo por base as dificuldades apresentadas. O ambiente educativo das salas e a disposição dos materiais está organizado tendo em conta as necessidades do grupo e o trabalho, desenrola-se ao longo do ano, tendo por base esse estudo feito.”</p>
Pergunta 4	<p>“Eu sou coordenadora e dou um apoio mais minucioso ao berçário. O berçário não tem educadora de infância porque a lei não exige, portanto eu dou mais apoio. O meu trabalho também é muito próximo dos pais, dando o devido apoio à família.”</p>
Pergunta 5	<p>“Sempre que há uma família que me diz que não consegue pagar as mensalidades, encaminho para a Dr.^a Graça- técnica de serviço social do CIC. Encaminho também quando há carência económica ou se a criança não vem com roupa adequada ou se observo diferenças na alimentação da criança.”</p>
Pergunta 6	<p>“Acho muito importante haver um assistente social no JI. Estes casos de dificuldades, por vezes, não aparecem apenas nesta população mais marginalizada, aparece também em famílias que nós pensamos que está tudo bem, mas por de trás não está... E é bom distanciarmo-nos um bocadinho. Não somos nós educadoras que vamos perceber o que se passa com as famílias. Nós tratamos da criança, é bom não misturarmos os papéis. Na minha perspetiva devia haver uma pessoa extra infantário que trabalhasse estas situações problemáticas.”</p>

Entrevista Nº 3

Pergunta 1	<p>“O objetivo da instituição é promover o desenvolvimento da criança. Tenho 24 crianças na sala de pré-escolar, com um nível económico baixo. A instituição possui transporte, o que facilita muitas famílias no ir buscar e levar a criança.”</p>
Pergunta 2	<p>“As atividades são feitas consoante o grupo. O tema que escolhi para este ano foi “Paleta das cores”. Por vezes falamos com os pais para fazerem atividades em casa. Alguns aderem outros não... Outras vezes é pedido o material e fazemos as atividades no JI.”</p>
Pergunta 4	<p>“Temos contato com os pais na reunião; à entrada e saída das crianças na instituição e sempre que seja necessário marca-se uma reunião fora de horas letivas.”</p>
Pergunta 5	<p>“Estamos sempre alerta, cada vez que há um problema. -Temos dois casos problemáticos na sala: A mãe não tinha condições para comprar o medicamento para a criança; A mãe sofria de violência doméstica Tive de recorrer à Dr.^a Graça para saber quais os passos que devia dar.”</p>
Pergunta 6	<p>“Sim é importante, a existência de um AS, nem que haja parcerias para nos conseguir orientar em situações complicadas.”</p>

Entrevista Nº 4

Pergunta 1	<p>“Os objetivos são muitos específicos, alguns deles até estão escritos nas nossas orientações curriculares e têm a ver com as áreas principais- área de formação social e pessoal, área da música, área da matemática e área de formação pessoal. São várias áreas onde podemos trabalhar um cem número de coisas que depois nos dão resposta.</p> <p>Esses objetivos são específicos e gerais e depois vamos especificando ao longo do tempo. Por ex. numa semana posso ter o objetivo de trabalhar as cores e entretanto uma criança traz um livro com outro tema, em que as outras crianças mostram interesse, logo aí eu posso mudar o objetivo.</p> <p>Há uma flexibilidade muito grande em termos de objetivos e de funcionalidade. Mas basicamente há os gerais.</p> <p>Dá, para nestas idades, onde se estão a formar muitas capacidades e estruturar personalidades, trabalhar mil e uma coisas que quando eles chegam ao ensino básico já tem de saber.</p> <p>A nossa prioridade são as crianças do social, temos uma espécie de hierarquia, entram primeiro as do 1º escalão, depois as do 2º escalão e por fim as do 3º escalão; se houver um caso do centro de acolhimento, nós acolhemos, mesmo a sala estando cheia.</p> <p>É a nossa missão, isto surgiu para que as crianças possam ter uma educação diferente, depois foi crescendo e evoluindo, porque os sinais do tempo também vão evoluindo.”</p>
Pergunta 2	<p>“Nas atividades também temos de envolver os pais e às vezes pedimos apoio e ajuda. Como nem sempre os consigo encontrar, fiz uma página no facebook só com os pais da nossa sala, agora com a proteção de dados, temos de nos salvar. É controlada por mim, nada pode ser publicado sem que eu autorize. No universo de 25, os 25 não vão ler mas o que leem, depois escrevem lá e os out-</p>

	<p>ros vão ver.... Já a criei há a algum tempo, eles estão a adorar.</p> <p>Temos de nos modernizar, eu sei que corremos alguns riscos, mas se os pais aceitarem...</p> <p>Ali vão sabendo das notícias dos filhos, é tipo um jornal e eles gostam. É uma série de vivências que são partilhadas ali.</p> <p>Nas atividades, por ex. no Natal, pedi para fazerem uma estrelinha para pôr na nossa árvore e eles colaboraram.”</p>
Pergunta 3	<p>“Na metodologia não tenho um programa a seguir mas sigo uma diretriz, uma filosofia educativa que reflete na ação aprendizagem, no aprender a aprender, aprender a estar, aprender a ser e nas relações interpessoais, porque eles passam a maior parte do tempo aqui e o social deles é mais complexo do que pensamos, eles têm de saber estar porque em casa nós estamos seguros com a nossa família e aqui é diferente.</p> <p>Por ex. nós temos crianças dos 3 aos 6 anos na sala, esta relação deles é difícil, mas temos uma gestão de personalidades muito forte. Primeiro conhecemos o grupo, o ponto forte e o ponto fraco, depois partimos para a planificação, para um tema que nos interesse.”</p>
Pergunta 4	<p>“Cada vez mais as crianças têm dificuldades, eu penso que isto também tem a ver com a outra parte – a família.</p> <p>Eu acho que nós trabalhamos também o social, temos muitas famílias, todas elas diferentes, temos de saber adequar o nosso discurso, temos de conquistar a família, para a criança vir a seguir e todos nós termos aqui um voto de segurança.</p> <p>Damos sempre um feedback aos pais, muitos deles não perguntam mas nós damos.</p> <p>Muito dos pais, têm aqui os filhos para os entreter, enquanto vão trabalhar.</p> <p>Claro que há famílias que conseguimos chegar e outras não...depois temos famílias com dificuldades - famílias só com uma pessoa, casos de divórcio, discussões e as crianças assistem...</p> <p>Há uma série de coisas que também te-</p>

	<p>mos de saber, porque as crianças, por vezes, têm diferenças no comportamento e isso reflete-se devido às situações que presenciavam. Portanto quando atingimos um grau de confiança com os pais conseguimos saber determinadas situações. Há uma série de coisas que temos de jogar e às vezes as pessoas não se apercebem do quão difícil é...”</p>
<p>Pergunta 5</p>	<p>“As crianças que têm dificuldades mais extremas, encaminhamos para a Dr.^a Graça do centro de intervenção comunitário.</p> <p>Detetamos uma carência media baixa nas famílias; por vezes têm dificuldade e não dizem, aqui há alguma variedade, pelo menos na minha sala. Nota se que têm algumas dificuldades a nível financeiro , mas vão gerindo; alguns pais que se estão a separar, depois acaba por complicar a história de vida da criança; temos uma criança no centro de acolhimento, em que o pai e a mãe não existem, tem uma família muito alargada, muitas pessoas passam por ela, não falou o primeiro ano que esteve connosco, tinha uma tristeza extrema quando os pais a vinham visitar, neste momento está em processo de adoção.</p> <p>De etnia cigana, tenho uma criança mas não tem dificuldades nenhuma e os pais são acessíveis. Em anos anteriores já tive casos de famílias de etnia cigana com algumas carências económicas.</p> <p>Uma frase que o antigo diretor dizia e que eu me identifico muito: “nós não temos de dar o peixe, temos de ensinar a pescar”.</p> <p>Não devemos julgar logo as famílias, temos uma reunião inicial, no início do ano letivo, vamos conhecendo-os e só depois é que podemos detetar algo.”</p>

Pergunta 6	<p>“Concordo com a existência de um assistente social, uma psicóloga, uma enfermeira...de imensos técnicos. Nós fazemos algumas formações mas não temos capacidade para tratar de assuntos de outras áreas. Independentemente do bairro, há sempre dificuldades. Cada vez se houve mais que as famílias têm dividas atrás de dividas e às vezes precisam de ajuda.”</p>
------------	---

CURRICULUM VITAE

Informação Pessoal

Ana Catarina Pereira Cruz
Rua Cristovão Figueiredo N°4 1°F, 2900-043 Setúbal
(Portugal)
911517256
catarinacruz142@gmail.com

Experiência Profissional

09/09/2018 – 21/12/2018 Auxiliar da Acção Educativa - Centro Paroquial de
Nossa Senhora da Anunciada

- Compreender e integrar a rotina da sala de aula;
- Apoiar e estimular as crianças em cada atividade de forma global, com orientação e supervisão do Educador;
- Proporcionar um ambiente educativo seguro e no qual o espaço seja estimulante;
- Manter as condições necessárias à segurança, acompanhamento e bem-estar das crianças.

11/10/2017 – 06/09/2018 Animadora Sociocultural nas Residências Porto
Salus em Azeitão

- Promover iniciativas de forma a melhorar a qualidade de vida das pessoas;
- Organizar, coordenar e/ou desenvolver atividades de animação;
- Contribuir para o desenvolvimento da capacidade de autonomia, criatividade e iniciativa do grupo.

23/03/2015 – 07/05/2015 Estágio Curricular no CATL "O Cogumelo" –
Valência da Cáritas Diocesana de Setúbal

- Proporcionar um desenvolvimento a nível pessoal e social, através do relacionamento com o outro;
- Incentivar a necessidades de descoberta, interesses e aptidões, o espírito crítico e a criatividade;
- Reforçar atividades que estimulem laços entre a família e a criança;

- Fomentar as relações interpessoais do grupo;
- Dinamizar atividades no exterior.

Educação e Formação

01/09/2017 – 01/06/2018 Pós-Graduação em Serviço Social

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

Escola de Políticas Públicas

Crime e sociedade; desigualdades sociais, direitos humanos; fundamentos do SS; métodos e análise de dados; desenho, gestão e avaliação de políticas públicas; ética e SS; SS internacional; proteção jurídica da criança; mediação familiar, tutelar e penal, análise de arquivos.

05/01/2015 – 06/02/2015 CAP - Formação de Formadores

Instituto Politécnico de Setúbal

Escola Superior de Educação

- Preparar e planear processos de aprendizagem;
- Facilitar processos de aprendizagem orientados para a especificidade dos formandos e dos contextos;
- Gerir a dinâmica da aprendizagem ao longo da vida;
- Gerir a diversidade (pedagogia diferenciada e pedagogia inclusiva).

01/09/2012 – 14/07/2015 Licenciatura em Animação e Intervenção Sociocultural

Instituto Politécnico de Setúbal

Escola Superior de Educação

Modelos e metodologias de animação; artes e património; cinema e televisão; história contemporânea e cidadania; trabalho social; sociologia da juventude e políticas da cidade; língua e prática textual; intervenção social com populações e grupos de risco; saúde e sociedade; espaço, culturas e desenvolvimento; redes solidariedade e coesão social.

Competências Pessoais

Língua Materna Português

Outras Línguas

	Compreender		Falar		Escrever
	Compreensão oral	Leitura	Interação oral	Produção oral	
Inglês	A1	A1	A1	A1	A1
Espanhol	A1	A1	A1	A1	A1

Níveis: A1 e A2: Utilizador básico - B1 e B2: Utilizador independente - C1 e C2: Utilizador avançado

Competências de Comunicação Boa capacidade no contato com crianças, jovens e respetivas famílias, adquirido em formação e em contextos de trabalho. Adaptação a ambientes diferentes e boa capacidade no trabalhar em equipa.

Competências de Organização Boa capacidade organizacional, adquirida enquanto animadora sociocultural; capacidade em planear e coordenar atividades diárias para crianças, jovens, adultos e séniores.

Outras competências Conhecimentos Informáticos
Microsoft Office - Conhecimentos avançados
Windows

Carta de Condução B